

ENCONTRO NACIONAL SOBRE QUESTÕES INTERNACIONAIS 2019



**Reconfigurações da
situação internacional e
as tarefas do PCdoB**

ÍNDICE

Introdução - Página 04

Declaração do Encontro Nacional Sobre Política e Relações Internacionais do PCdoB - Página - 06

A análise da situação internacional é determinante para a compreensão dos fenômenos que ocorrem hoje no Brasil, *Por Luciana Santos* - Página 08

Atualizações da política internacional e reconfigurações do trabalho de relações internacionais, *por Walter Sorrentino* - Página 14

Crise capitalista mundial e tendências, *por Nilson Araújo de Souza* - Página 20

Panorama da etapa do capitalismo da qual emerge a Revolução 4.0, *por Renato Rabelo* - Página 39

Desenvolvimento desigual na era do conhecimento: a participação dos BRICS na produção científica e tecnológica mundial, *Por Luis Fernandes, Ana Garcia e Paula Cruz* - Página 48

América Latina e Caribe e a ofensiva conservadora, *por Ana Maria Prestes* - Página 68

Encontro Internacional de Partidos Comunistas e Operários (EIPCO),
Importância, Dilemas e Contradições, por *Wevergton Brito* - Página
74

Apontamentos iniciais sobre a política externa do governo
Bolsonaro, por *Jô Moraes* - Página 79

Amplitude na luta anti-imperialista, por *Márcio Cabreira* - Página
86

Desafios, prioridades e perspectivas da intervenção dos comunistas
no Conselho Mundial da Paz (CMP), por *Moara Crivelente* - Página
88

Cebrapaz e a bandeira da paz em tempos nublados, por
Wevergton Brito - Página 94

Introdução



Realizou-se nos dias 3 e 4 de maio último, em São Paulo, o Encontro Nacional do PCdoB para a atualização da política e a estratégia de relações internacionais do PCdoB. O Encontro se propôs a analisar a evolução da situação internacional desde o 14º

Congresso, em novembro de 2017, para embasar atualizações de sua Política Internacional, tendo como referência a reconfiguração do trabalho das relações internacionais sob a nova direção da Secretaria Nacional de Política e Relações Internacionais.

Segundo Walter Sorrentino, vice-presidente nacional do PCdoB e secretário de Política e de Relações Internacionais, “as mudanças verificadas no mundo são de grande vulto e em ritmo acelerado, tanto no plano geopolítico, econômico e social, quanto no plano político e psicossocial, reconfigurando a disputa pela hegemonia mundial, promovendo novas formas de dominação, formas de luta e de guerras”. Neste sentido o Encontro teve o objetivo de destacar o trabalho internacional como elemento indispensável para a formulação tática e estratégica do Partido na construção de um novo projeto nacional de desenvolvimento, rumo ao socialismo, além de ajudar a construir a integração com o PPL também no campo do internacionalismo proletário.

“Desse modo”, afirmou Sorrentino, “o propósito do Encontro foi avaliar a conjuntura internacional, sistematizar o trabalho realizado até aqui, atualizar nossas bandeiras de combate pela Paz e Solidariedade à luta dos povos, apontar uma agenda imediata e de médio prazo e, ainda, ressaltar o papel do internacionalismo do PCdoB na formação de seus quadros e dirigentes”.

Foram convidados para participar do evento os membros da Comissão Executiva Nacional e Comissão Política Nacional, aberto também aos membros do Comitê Central, a bancada parlamentar do Partido na Câmara dos Deputados, os assessores da liderança da bancada, os integrantes da Secretaria de Política e de Relações Internacionais e os colaboradores, quadros

responsáveis pelo trabalho internacional do PPL, os membros da Fundação Maurício Grabois e da Fundação Cláudio Campos, os responsáveis internacionais nas entidades sob direção e/ou participação de quadros comunistas e os colaboradores do trabalho internacional. Os debates foram acompanhados por uma centena de participantes do Comitê Central, colaboradores e quadros partidários de 12 Estados da Federação e mais o Distrito Federal.

Neste arquivo PDF reunimos as intervenções ou os textos que serviram de base para a intervenção dos palestrantes, o que resultou em um rico material sobre o atual estágio da visão dos comunistas sobre a geopolítica e o internacionalismo. Boa leitura.

Wevergton Brito Lima e Pedro Oliveira, responsáveis pela edição.

Declaração do Encontro Nacional Sobre Política e Relações Internacionais do PCdoB

O internacionalismo e a solidariedade aos povos em luta são marcas incontestes da ação das e dos comunistas em todo o mundo.

Historicamente, temos sido guardiões das bandeiras da Paz, da Soberania, da Democracia, e da Justiça Social. As derrotas impostas ao fascismo e às mais sangrentas ditaduras estão invariavelmente associadas às lutas por autodeterminação e por liberdade, das quais somos partícipes, herdeiros e herdeiras.



As lutas internacionais são parte inseparável da luta mais ampla por um novo Projeto Nacional de Desenvolvimento soberano, democrático e popular para o Brasil. O lugar do Brasil no mundo deve ser o de promotor de relações externas baseadas na sua tradição de diálogo, tolerância, mediação e não intervenção. Diferente do que se vê hoje, a partir de setores do governo Bolsonaro que levantam a hipótese de uma aventura militaresca contra o povo irmão da Venezuela.

A construção de uma integração latino-americana, em relação à qual houve avanços nas duas primeiras décadas do século XXI, hoje está sob ataque e ameaça. Ressurgem o autoritarismo e as forças pró-fascistas em nossa América do Sul, do qual o Brasil é um lamentável exemplo. Ao atacarem mecanismos de integração como o Mercosul, destruírem a Unasul e congelarem a Celac, os governos neoliberais subservientes aos EUA trazem de volta as sombras das décadas perdidas dos anos 1980 e 1990 do século XX.

Há uma ofensiva em curso por parte do imperialismo estadunidense que, ao reeditar a Doutrina Monroe, busca dividir nossos povos e impor um ambiente

de guerra e terror na América do Sul. O exemplo mais claro é o da guerra multidimensional imposta à Venezuela, país que detém a maior reserva de petróleo do mundo, 20% do total. A luta pela soberania e autodeterminação do povo venezuelano se transformou na principal campanha de solidariedade internacional da região. Denunciar as sanções econômicas que vitimam principalmente civis venezuelanos e as ameaças de intervenção militar está na ordem do dia para os defensores da paz e da democracia.

O imperialismo volta a atacar Cuba, país que bravamente resiste por seis décadas a um bloqueio econômico e que acaba de sofrer mais uma agressão. Com a recente ativação do título três da lei Helms-Burton, o governo dos EUA estimula infundáveis processos de judicialização de propriedades cubanas nos tribunais americanos e o consequente afastamento de investidores, aprofundando as dificuldades econômicas já existentes na ilha. Seguimos absolutamente empenhados na defesa de Cuba e seu povo.

Em um cenário mundial de aberta guerra comercial e cerco dos EUA contra a China, face aparente de uma mais profunda e contínua disputa pela hegemonia mundial; de enfrentamento militar e por posições entre EUA e Rússia; de crescente pressão no Oriente Médio e mundo Árabe em torno dos temas do petróleo e disputa geopolítica com o Ocidente; de permanentes ataques ao povo palestino; de crescimento da ultradireita e da xenofobia na Europa e no mundo; de ameaças ambientais e climáticas; de investidas contra a paz e a integração dos povos latino-americanos; reforçamos o nosso internacionalismo e o chamado à solidariedade internacional.

A expressão mais concentrada, ampla e radical do internacionalismo hoje é a luta pela paz. Junto a ela estão as lutas contra o aviltamento da soberania nacional, em defesa da democracia, da autodeterminação das nações e o extermínio dos direitos dos trabalhadores. Igualmente é urgente a defesa das liberdades democráticas, da vida humana e do meio ambiente, dos direitos sociais, humanos e civis conquistados, dos valores civilizatórios contra a barbárie, em prol de outro destino solidário, livre, fraterno e de prosperidade comum aos seres humanos.

Essa é uma mensagem de resistência e esperança a todas e todos, lutadoras e lutadores, militantes políticos e dos movimentos sociais, integrantes das forças progressistas e de esquerda do Brasil e do mundo. Com um especial chamado às e aos comunistas para que integrem as lutas internacionalistas.

A análise da situação internacional é determinante para a compreensão dos fenômenos que ocorrem hoje no Brasil



Considero a realização do Encontro Internacional do PCdoB uma excelente iniciativa da Secretaria de Política e de Relações Internacionais, sob o comando de nosso Vice-Presidente e Secretário desta esfera de trabalho da direção

nacional do Partido, Walter Sorrentino. Este evento ocorre em um momento muito oportuno. Além de atualizar a orientação política para as áreas de ação da Secretaria de Relações Internacionais, ele contribuirá com a compreensão das principais tendências do cenário internacional, ajudando a descortinar os fenômenos sob os quais o Brasil está imerso. Trata-se de nossa inteligência coletiva, se debruçando sobre os desafios em questão, contribuindo para o desenvolvimento de nossa ação política.

Camaradas, vivemos um momento político singular, tanto no Brasil como no mundo. Os movimentos que estão em curso na cena internacional são de grande envergadura e as peças do tabuleiro da geopolítica se movimentam intensamente, produzindo impactos no Brasil e em nosso entorno estratégico.

Uma mudança de época desta magnitude não ocorre sem tensões, sem ações e reações, sem contradições, sem conflitos. Somos contemporâneos das guerras híbridas, contínuas, também chamadas de quarta geração. O uso da força, continua sendo o recurso que o imperialismo utiliza para impor seus interesses sobre os povos e nações.

É necessário ter uma visão própria dos acontecimentos do mundo, sob o prisma dos interesses nacionais e de objetivos concretos, que em última instância, visa alimentar de elementos a nossa ação política em torno do nosso

Programa partidário, a construção de um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento como caminho ao Socialismo no Brasil.

Uma sociedade que não possui uma visão própria de si, que não possua um Projeto Nacional, estará destinada a ser subserviente a outras Nações.

Por isto o estudo, análise e monitoramento da dinâmica internacional deve ser uma constante. Somente conseguiremos compreender os fenômenos que se desenvolvem no Brasil a partir de uma visão abrangente dos acontecimentos e tendências no mundo, buscando compreender quais são suas correlações externas, e como elas incidem sobre nossa realidade.

Vivemos o término de um ciclo político que perdurou por 30 anos, e a emergência de um governo que se desenvolve em um contexto marcado por crises múltiplas, e onde a instabilidade se apresenta como um fator estrutural. O perfil do governo Bolsonaro é antinacional, retrógado nos costumes, ultraliberal na economia, e de forte conotação autoritária.

O bolsonarismo está vinculado a fenômenos que se desenvolvem em um complexo e intrincado quadro de transformações do cenário internacional, no qual se observa o avanço de forças ultraconservadoras, com particularidades inerentes a cada país.

Por isto acreditamos que este encontro internacional pode contribuir para colocar luzes sobre aspectos ainda pouco compreendidos, ajudando a superarmos uma visão ainda parcial do objeto em questão.

Em nossos debates temos destacado que entre os fatores internacionais que incidem na emergência do fenômeno Jair Bolsonaro estão a crise do capitalismo e da globalização neoliberal; as lutas em torno ao estabelecimento de uma nova ordem internacional e as disputas pela sua hegemonia; bem como as transformações no processo produtivo decorrentes das inovações com a chamada 4ª Revolução Tecnológica.

Após dez anos, a crise do capitalismo continua sem perspectiva de superação

A crise econômica de 2007/2008, desencadeada no centro financeiro dos Estados Unidos, produziu milhões de desempregados, extraiu direitos, fragilizou Nações, e continua em evidência. As medidas destinadas a uma retomada da atividade econômica têm se demonstrado limitadas. Dentro de um cenário global de instabilidade, o ambiente econômico é marcado por incertezas.

A tendência principal da economia mundial é de recrudescimento e forte processo de desaceleração do comércio global, além de diminuição das metas de crescimento. A Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE), reduziu a meta de crescimento da União Europeia de 1,8% para 1%; economistas do Banco Central dos EUA (FED), chegaram a afirmar que o crescimento baixo será o “novo normal” da economia dos EUA; neste período, países como a China e Índia são dos poucos que vem conseguindo manter taxas de crescimento mais elevadas.

A crise mundial tem produzido consequências de ordem política



O capitalismo, em sua fase atual, neoliberal, regido pelo prisma da financeirização, somado às transformações produtivas decorrentes das inovações tecnológicas, têm ampliado o fosso entre o capital e o trabalho, produzindo a retirada de direitos e a desvalorização do trabalho,

gerando uma enorme massa de desempregados, de indesejáveis, de seres descartáveis.

O velho liberalismo político, cosmopolita, que modelou a União Europeia (UE), construiu instituições multilaterais, tem sido questionado por uma nova direita que é ultraliberal na economia, autoritária na política e conservadora nos costumes – ou seja, exatamente os mesmos fenômenos que assistimos ver aplicados no Brasil.

Entretanto, as elites dominantes aparentam estar divididas, diante da cada vez maior contradição entre o neoliberalismo e a democracia. De um lado, os que querem enfrentar a situação mantendo os fundamentos do liberalismo político, com alguma margem de liberdades democráticas. De outro, a opção por governos fortes, de extrema direita, que visam se impor justamente pela força para implementar uma agenda, e que cresce ao redor do mundo.

Acirram-se as disputas no cenário internacional

Outro fator importante de ser considerado é o acirramento das disputas no cenário internacional. No quadro que temos caracterizado de emergência de tendências à multipolaridade, existem dois grandes atores, de um lado os EUA,

que representam o atual status quo, do outro lado a China socialista, que entre as potências emergentes se destaca com força e vigor, demonstrando disposição de apresentar como uma alternativa a atual ordem a partir da noção de desenvolvimento compartilhado.

A tecnologia digital, e as chamadas redes sociais, estão longe de ser um simples entretenimento, compõem o quadro das disputas na atualidade. Elas são um emaranhado que envolve interesses geopolíticos, inteligência artificial, guerra cibernética, finanças globais, consumo e uma acelerada apropriação corporativa de nossos dados mais íntimos.

É possível afirmar que os dados, ou melhor, os algoritmos, são uma espécie de ouro do século 21º, dado o tamanho da relevância que a transformação digital e a inteligência artificial irão impactar os modos de produção e na vida social.

A disputa entre EUA e China vai além da dimensão comercial, é uma disputa pelo controle da “ponta tecnológica”, sobretudo onde ela afeta de forma imediata o avanço militar, no campo da inteligência artificial, da computação quântica e da comunicação. É uma disputa que se desenvolve na esfera dos grandes acordos de investimento, na montagem de cadeias produtivas envolvendo empresas de alta tecnologia e de múltipla nacionalidade.

A ruptura com o desenvolvimento de uma política externa autônoma

Na última década, o Brasil avançou na construção de um desenvolvimento autônomo importante. Buscou internacionalizar suas empresas, formou sob sua liderança um polo regional na América do Sul, contribuiu para a articulação dos BRICS e descobriu estratégicas e cobiçadas reservas de petróleo.

O novo governo brasileiro, busca reposicionar o país, realizando uma opção geopolítica de se alinhar aos EUA, se mantendo assim, no âmbito do mundo ocidental; o governo também vem se distanciando dos BRICS, contribuindo para isolar a China na região, e abandonando as iniciativas de integração regional. O Brasil no governo Bolsonaro se torna uma peça que se move não de acordo com os interesses nacionais, mas sim seguindo o slogan de Trump “América em Primeiro”. Em última instância, estes são movimentos que contribuem para a manutenção da atual ordem internacional.

Ressurge a velha doutrina Monroe

Nós temos presenciado uma revitalização da Doutrina Monroe, de América para os Americanos. A política externa dos EUA está sob a custódia dos setores

mais radicalizados que existem no ambiente político americano. Nem no governo Bush eles tiveram tanto protagonismo. Há um esforço de tutelar a política externa dos países da região.

Um dos maiores exemplos disto tem sido os movimentos que o Brasil tem realizado, em coordenação com os EUA, para desestabilizar a vizinha Venezuela. Chegando ao nível de colocar sob a mesa a opção de uso da força contra o país vizinho, sem levar em consideração as inúmeras consequências que isto poderia acarretar. Outras expressões deste reacender da Doutrina Monroe é a ruptura feita em torno do projeto da Unasul, intentos de criar a PROSUL, e dar nova prioridade a OEA.

A questão central de nossa época - a luta por alternativas



Por último, uma questão que permeia o nosso debate. A questão central que marca a nossa época, e por todo este contexto, é qual a alternativa para este modelo, cada vez mais excludente e autoritário, e que coloca em xeque a própria vida humana. A luta por uma alternativa anticapitalista, sob a forma e as condições do nosso tempo, a luta pelo socialismo. Este é o nosso objetivo estratégico, que orienta o nosso programa, que focado na realidade brasileira se dá através da nossa luta por um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento.

Atualizar a orientação para as frentes de trabalho internacional

O tema internacional, portanto, ganha relevância seja para a compreensão do que vivemos hoje no Brasil, seja como aspecto da luta política que se trava. Dentro deste sentido acreditamos ser importante atualizarmos, como propõe o encontro, as áreas de atuação internacional:

O debate sobre a Política Externa Brasileira, ganha destaque devido à sua repercussão na luta política em que estamos inseridos. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional adquire uma relevância adicional. Devemos nela travar o bom combate na defesa dos pilares da nossa política externa.

A luta pela paz e a solidariedade internacional é outra frente que merece nossa atenção. A ameaça de agressão imperialista na República Bolivariana da Venezuela deve ser motivo de atenção política nossa, principalmente por meio do Cebrapaz e do Conselho Mundial da Paz.

A atuação nos espaços multilaterais partidários. Neste âmbito se destaca a atuação no Foro de São Paulo, e o nosso compromisso com seu fortalecimento. A realização da cúpula dos BRICS este ano no Brasil, em novembro, faz com que tenhamos como objetivo trabalhar para a realização de um encontro dos partidos comunistas destes países, com vistas a trocar impressões sobre o cenário internacional. De significado igual está o nosso compromisso com o Encontro Internacional de Partidos Comunistas e Operários.

A relação com os partidos no poder. Uma esfera importante do trabalho internacional é a relação com os partidos que desenvolvem suas experiências de construção do socialismo, China, Vietnã, Cuba, R. P. D. da Coreia e Laos, são parte prioritária do nosso trabalho de relações bilaterais e fonte importante de pesquisa sobre os desafios da construção do socialismo no mundo contemporâneo.

Internacionalismo como princípio

Somos um partido que tem entre os seus princípios o internacionalismo e a luta anti-imperialista. Nesta atual quadra a dimensão do trabalho internacional adquire ainda mais relevância. Esta área é enriquecida com a incorporação dos camaradas oriundos do PPL, que possuem larga trajetória neste campo. Estamos seguros que o partido irá dar saltos importantes nesta frente.

Bom trabalho a todos e firmes na luta!

Luciana Santos, presidenta nacional do PCdoB e vice-governadora do estado de Pernambuco.

Atualizações da política internacional e reconfigurações do trabalho de relações internacionais

14



O PCdoB goza de grande respeito e prestígio no trabalho internacional por sua política revolucionária, coerência ideológica e compromisso internacionalista. A transição na titularidade da Secretaria Nacional de Política e Relações Internacionais tem como ponto de partida dar continuidade a isso.

A linha política internacional do PCdoB emana do 14º Congresso realizado em novembro de 2017. Lá se realizou a análise circunstanciada da cena mundial – a crise mundial do capitalismo, a política imperialista, a geopolítica mundial, a luta pela Paz e de solidariedade à luta dos povos. Seu escopo abrange a luta política e de ideias, dentro e fora do país, as relações políticas e institucionais com organizações políticas e governos, a participação em diversificados fóruns das correntes revolucionárias e de esquerda, e a própria luta de massas implicada na luta pela Paz e de solidariedade à luta dos trabalhadores e dos povos por sua emancipação e autodeterminação de suas nações.

O presente Encontro visa a atualizar aquela análise, o desdobramento das contradições do mundo capitalista-imperialista, a luta dos trabalhadores e dos comunistas, a situação dos países socialistas e no nosso entorno latino-americano, fenômenos que se desenvolvem de modo rápido e intenso na cena mundial. Levam a necessárias atualizações na linha política internacional do PCdoB e, em consequência, a reconfigurações no trabalho de relações internacionais de modo a concentrar esforços prioritários.

Isso, ao mesmo tempo, considera a radical viragem política no Brasil e está enquadrado nos marcos de nova orientação política dos comunistas e sua consequente implicação na ação e protagonismo no papel do PCdoB na esfera internacional, envolvendo sua participação nos fóruns multilaterais que integra, bem como nas relações bilaterais mantidas com organizações políticas de esquerda em todo o mundo.

Duas outras singularidades são marcantes. Uma, bastante positiva, é o esforço de integração da estrutura política e organizativa entre o PCdoB e PPL. No caso da esfera de política e relações internacionais, foi definido que essa integração, sob a linha traçada no 14º Congresso e atualizada no presente Encontro, se dá desde já numa só Secretaria. Aumenta nosso potencial de ação que, no caso, tem não só identidade comum como também boas complementaridades.

A segunda, por fim, mas não menos importante, é o quadro de restrições financeiras do próximo período, que constrange o custoso trabalho de relações internacionais.

Assim que o Encontro se reveste de importância para todo o Comitê Central, a bancada parlamentar, os quadros que atuam em relações internacionais de organizações de massa ou de natureza acadêmica-intelectual, os quadros da Fundação Maurício Grabois e, até mesmo, quadros dos comitês estaduais. Faz parte do esforço de intensificar a formação e informação política dos quadros partidários, de modo a tornar os temas internacionais pauta não só do Comitê Central como também dos demais órgãos partidários, com frequência regular.

De conjunto, os debates deste Encontro têm o significado de fortalecer a noção de que a linha política internacional do PCdoB é parte integrante inseparável da tática e da ação na luta política nacional.

Um imperativo geral do trabalho internacional do PCdoB será o de acentuar o primado de que sua política e relações internacionais se dão em função, integração e reforço ao seu projeto estratégico para o Brasil. Ele será não apenas a projeção de nossas ideias de uma Nova Luta pelo Socialismo, como também, e sobretudo, um elemento essencial do desenvolvimento da luta por nosso próprio Programa no país, por meio de um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento como caminho ao Socialismo no Brasil.

Será mantido o caráter de relações internacionais não apenas em bases ideológicas afins – forças comunistas, revolucionárias, marxista-leninistas –, como também em bases políticas com organizações e fóruns de forças progressistas, democráticas e patrióticas, na luta pela Paz e de solidariedade internacionalista, em particular de nações socialistas e as que lutam por seu desenvolvimento autônomo e soberano na luta anti-imperialista e antineocolonial.

Implicará fortemente e de modo direto interagir crítica e sistematicamente com a política exterior do Brasil, com as atividades do Congresso Nacional e da

Defesa Nacional, donde o trabalho da bancada parlamentar do PCdoB tem um papel protagonista, ao lado dos vários estudiosos da matéria que integram o Comitê Central, e também em relação às Frentes Parlamentares e de Amizade que se formam no âmbito do Congresso.

Outra dimensão destacada é a do primado internacionalista da solidariedade do PCdoB à luta dos povos e nações por sua autodeterminação, por seu desenvolvimento autônomo e soberano, por liberdades, em especial à luta anticapitalista e anti-imperialista dos trabalhadores e a luta mundial pela Paz, por meio das responsabilidades assumidas no Conselho Mundial da Paz.



A luta pela Paz mundial e contra as agressões e guerras imperialistas, contra o aviltamento da soberania nacional e pela autodeterminação das nações, pelas liberdades e contra a democracia ferida de morte, contra a devastação dos direitos dos trabalhadores e dos povos pela selvageria ultra-neoliberal, revestem-se daquele papel que têm as consignas que, a um só tempo, são

de imensa amplitude de forças - em correspondência aos anseios dos trabalhadores, dos povos, dos progressistas e democratas - e autenticamente revolucionárias, pela radicalidade que implicam em defesa da vida humana e do meio ambiente, em defesa de direitos conquistados e contra a crise civilizatória, em prol de outro destino solidário, livre, fraterno e de prosperidade comum ao seres humanos.

Mais que nunca reafirmamos nossa firme solidariedade ao valente povo cubano, o Partido Comunista de Cuba e o presidente do Conselho de Estado, Miguel Díaz-Canel, contra o bloqueio criminoso que sofre Cuba há décadas e pela afirmação do socialismo na ilha. Sustentamos também, por razões históricas e estratégicas, a forte solidariedade à Venezuela e aos governos progressistas da América Latina e Caribe, como Bolívia, à luta do povo palestino e suas representações e entidades, como a FEPAL e outras; a todos os povos e nações que lutam contra o colonialismo e o neocolonialismo.

Valorizamos o alto nível de relações mantidas com os demais países socialistas - China, Vietnã, Coréia do Norte - bem como as relações respeitadas e de mútuo interesse mantidas com países com diferentes regimes políticos que lutam por desenvolvimento autônomo, anti-imperialista e antineocolonial,

pela desconcentração de poderes na geopolítica mundial e respeitantes do multilateralismo.

Tal frente de ação é, ao mesmo tempo, uma luta política por angariar apoio e solidariedade em amplos setores da sociedade, também ideológico-cultural formativa para os comunistas. Mas é, ainda, uma luta de massas, educativa dos setores avançados do povo, luta que tem no CEBRAPAZ o eixo central e como desafio premente o seu autofinanciamento solidário.

Assim que será importante, igualmente, alinhar em torno dessa política a ação dos quadros partidários que atuam nas organizações de massas e fóruns como FSM, FDIM, OCLAE, entre outras, asseguradas as autonomias de cada qual.

Hoje, ganha dimensão também a necessidade de estimular e reforçar a presença do PCdoB nas correntes de solidariedade internacional à luta dos brasileiros e dos comunistas neste momento grave da vida nacional, em especial a luta por liberdades e garantias fundamentais previstas pelo Estado democrático de direito. Deve-se estimular em todas as ações internacionais a proposição de Observatório sobre a Democracia no país e a luta Lula Livre.

De modo geral, todas as atividades nessa frente de ação têm por desígnio intensificar a luta de ideias dentro e fora do partido quanto à situação internacional e à política internacional do PCdoB, em suas instâncias de direção e ao nível militante. Em especial serão desenvolvidos os currículos da Escola Nacional João Amazonas com a elaboração de ementas dos temas permanentes da formação de quadros na área, em especial para o Curso de Nível Superior e de Atualização da formação dos quadros.

É necessário também intensificar a interação, a partir de um Programa de Trabalho da FMG, com instituições e intelectuais críticos nas atividades de estudos voltados à análise da situação internacional. De modo sistemático e co-participativo, pode-se estimular a instituição de grupos de reflexão e investigação junto a instituições e fóruns nacionais e internacionais com esse fim.

Um projeto especial, nessa direção, será a preparação de uma publicação para o centenário do PCdoB em 2022, com o balanço da atividade internacional do partido desde sua fundação.

A comunicação tem papel destacado nesse esforço. Deve-se fortalecer o sítio da rede internacionalista²¹ como principal expressão e porta-voz do trabalho

da Secretaria, ligando-o indissolúvelmente às redes partidárias, como instrumento básico da luta de ideias repercutindo estas diretrizes e ações. Um projeto especial será constituir um boletim regular com síntese da realidade internacional, a ser enviado a todo o CC e como informativo a um grupo próprio de mensagens de colaboradores sobre o tema da política internacional.



A comunicação é uma batalha em si própria, envolve difundir a opinião crítica da esquerda, das forças progressistas anti-imperialistas e antineocoloniais.

Beneficia-se da elaboração de um sem-número de autores e autoras, nos quatro cantos do mundo. Mas para isso – e também para difundir nossas próprias elaborações – são necessários custosos recursos para tradução e versão de textos. Nesse sentido, e para aproveitar o trabalho de dezenas de militantes do PCdoB, fica proposta a formação de uma Força-Tarefa de Voluntários que se prestem, de acordo com a disponibilidade e habilidade de cada qual, à tradução e versão de textos que ajudarão na luta de ideias na esfera internacional.

A nova titularidade da Secretaria Nacional, que se fortalece com o acúmulo do papel de vice-presidente, além de trazer à participação quadros experientes do PPL, tem o desígnio também de orquestrar esforços coletivos dos quadros e instâncias que de vários modos interagem com a política internacional, ancorado na premissa de qualificar mais e impulsionar a elaboração coletiva sistemática e cumulativa da realidade internacional, elevando o nível de formulação com vistas a uma visão abrangente e sínteses atualizadas da cena internacional.

Para dar conta do conjunto das premissas apresentadas, das linhas de trabalho e seu desenvolvimento, aplicação, controle e difusão, a Secretaria de Política e Relações Internacionais insistirá em trabalho coletivo, métodos inclusivos e participativos – em geral por via de web-reuniões. Isso se organizará por meio de uma Comissão Executiva e uma Comissão Ampliada da Secretaria.

A Comissão Executiva da Secretaria de Políticas e Relações Internacionais sediada em Brasília: **Walter Sorrentino, Ana Prestes, Márcio Cabreira, Wevergton Brito, Rubens Diniz e Raul Carrion**. Esta Comissão constitui a direção geral, mobilizando o apoio dos demais membros da Comissão Ampliada e colaboradores, e todos apoiando editoria i21 e as interfaces com a FMG e outros institutos de estudos e pesquisas.

Cabe-lhe coordenar a linha política e sua aplicação, e se responsabilizará diretamente por dirigir: as relações com os países socialistas, o FSP e o BRICS, a América do Sul, o EIPCO e dirigirá a luta de solidariedade, o i21 e a interação com a Escola Nacional João Amazonas e a diretoria da Fundação Maurício Grabois.

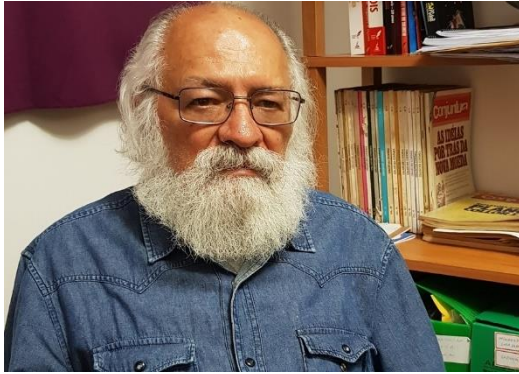
Um Grupo de Trabalho será coordenado por Rubens Diniz, para acompanhamento sistemático da geopolítica, os BRICS e a Iniciativa do Cinturão e Rota, contando com pesquisadores dedicados da matéria.

Uma Comissão Ampliada com **Jô Moraes** conduzindo um plano de ação política da bancada na agenda internacional, com a deputada federal Perpétua Almeida como responsável internacional da bancada, **Socorro Gomes** na luta pela Paz, presidente da CMP; **Antonio Barreto** presidente do CEBRAPAZ, ação dirigente na luta de solidariedade e frentes de amizade, com apoio de Emília Fernandes, e **Moara Crivelente** no acompanhamento especial do Oriente Médio e Europa.

Toda viagem internacional em representação do partido ou da bancada parlamentar, de relações multi ou bilaterais, ou ainda a convite de Frentes de Amizade, bem como um boletim mensal de assuntos internacionais, formará um acervo cumulativo com vistas a informar os membros do Comitê Central e à rede de quadros ligados ao trabalho internacional do PCdoB.

Walter Sorrentino, vice-presidente nacional e secretário de política e relações internacionais do PCdoB.

Estado é chamado para salvar os monopólios deles mesmos



Quando falamos em crise hoje, o que vem à memória, de imediato, é a grande recessão de 2007-2009, que, como sabemos, foi deflagrada nos Estados Unidos pela implosão da bolha hipoteco-imobiliária alavancada pelos chamados títulos subprime, pelos títulos podres, títulos tóxicos.

E que títulos eram esses? Eram hipotecas ruins. Os bancos refinanciavam os imóveis das famílias, garantindo-se com a emissão de hipotecas, mas as famílias não tinham salário suficiente para cobrir este refinanciamento, bancar a cobertura da hipoteca depois. Daí que eram chamadas de subprime essas hipotecas impagáveis. E por que, apesar disso, os bancos refinanciavam os imóveis? Por duas razões: 1) porque podiam emitir derivativos com base nessas hipotecas e vender para terceiros: 2) porque, se o cliente não pagava a hipoteca, tomavam os imóveis dados em garantia. Foi a implosão dessa bolha hipoteco-imobiliária que deflagrou a crise.

A crise inicialmente se manifestou na esfera puramente financeira, com a queda das bolsas. Para vocês terem uma ideia, em 2008 as bolsas de valores no mundo caíram 42%, quase a metade. Logo depois, manifestou-se na recessão, ao cair a produção no mundo capitalista durante aquele período de 2007-2009; o resultado foi o forte aumento do desemprego: a taxa de desemprego nos Estados Unidos, que estava em 4% da força de trabalho, subiu para a faixa de 11%. A crise saiu da esfera puramente financeira e atingiu a esfera real da economia.

O que provocou a implosão da bolha? A elevação da taxa de juros pelo Federal Reserve (Fed), o banco central dos EUA. Essa elevação, por sua vez, decorreu da dificuldade crescente de refinanciamento das dívidas dos EUA, que se expandiam graças ao forte crescimento do déficit trigêmeo: externo, público e familiar.

Qual foi reação dos governos? Chamaram o Estado, que vinha sendo demonizado, para salvar o mercado dele mesmo, salvar os monopólios da própria ação deles. Em 2008, os governos das principais potências, basicamente Estados Unidos, Europa e Japão, comprometeram-se em gastar US\$ 7 trilhões, somente naquele ano, mais de 10% do PIB mundial. O compromisso que assumiram foi injetar esse dinheiro na economia por meio de pacotes fiscais.

Além disso, os Estados Unidos logo depois começaram a montar o que eles chamam de *quantitative easing*, que tinha sido inaugurado pelo Japão; depois, os Estados Unidos adotaram e a Europa também. Consiste no relaxamento monetário, afrouxamento monetário, na emissão de dinheiro para comprar ativos financeiros dos bancos e injetar esse dinheiro em circulação a custo zero.

O Banco Central dos Estados Unidos, ao longo das várias etapas do chamado *quantitative easing* – que começou em 2008 e foi até 2014/15 – injetou US\$ 4,5 trilhões nas burras dos bancos, o que corresponde a mais de um quarto do PIB dos EUA naquele momento. O Banco Central emitia essas toneladas de dólares e comprava ativos financeiros dos bancos. E se dizia que, através dos bancos, esses dólares passariam a circular na economia. E como circulou na economia? Basicamente, os bancos tomavam esse dinheiro a juros zero ou em torno de zero e emprestavam pelo mundo afora, inclusive para países da periferia do mundo capitalista. E o resultado disso foi a desvalorização do dólar, que era o que eles queriam: desvalorizar o dólar para aumentar as exportações dos Estados Unidos.

Como vimos, as ações iniciais consistiram nos pacotes fiscais e depois veio o *quantitative easing*. O que eles disseram então? Que a economia do mundo ia sair da crise, que o Estado – que eles diziam que não servia mais para nada – injetou dinheiro na economia, e que assim haviam tirado o mundo da recessão, e que isso era uma política keynesiana.

Na verdade, não era. A política keynesiana não consiste em injetar dinheiro nos bancos; para enfrentar recessões, crises, ela se traduz em gerar demanda, tanto através do gasto público quanto da melhoria dos salários, além de realizar investimentos, basicamente em infraestrutura.

Quem fez uma política mais próxima dessa orientação naquele momento? A China. A China baixou um pacote de investimentos em infraestrutura de US\$

580 bilhões e iniciou um processo de redistribuição de renda a partir da melhoria dos salários. De 2008 até 2012, o salário real médio, o poder de compra dos salários na China, cresceu quatro vezes mais do que a produtividade. Então, melhorou a distribuição de renda e a infraestrutura e isso contribuiu para evitar que a China sofresse mais profundamente os efeitos da crise capitalista mundial. Chegou a diminuir o ritmo de crescimento, pois seu PIB vinha crescendo a um ritmo de 9,5% a 10% ao ano desde 1980 e baixou recentemente para a faixa dos 6,5%, mas manteve a economia crescendo num patamar ainda elevado para os padrões mundiais. Isso porque o Estado chinês tem o papel fundamental de realizar esse enfrentamento da crise: criando infraestrutura e distribuindo renda.

Veremos adiante por que a China adotou uma política econômica diferente e pôde escapar, ainda que não ilesa, da crise mundial.

A crise continua e nova recessão tende a eclodir



Bem, mas aí os governos, a mídia e os economistas neoliberais propalaram mundo afora que a economia mundial havia saído da recessão a partir de 2010. Mas, logo depois, em 2012-2013, rebateu na Europa a segunda onda da crise, com uma violenta recessão, que todos nós acompanhamos. Foi a maneira com que a

crise repercutiu na Europa, cujos bancos haviam comprado aqueles títulos podres alavancados pelas hipotecas dos Estados Unidos, os bancos quebraram, os governos entraram para salvá-los e para isso se endividaram, gerando déficit pública, dívida, e isso terminou detonando a crise na Europa também.

Logo a seguir, a partir de 2014-15, quando voltaram a alardear que as coisas haviam melhorado, e que a Europa havia saído da recessão, a crise rebate, em sua terceira onda, na periferia do mundo capitalista, e aí temos os exemplos do Brasil, da Argentina, da Venezuela e outros países. Ao final, vou retomar esta questão da crise na periferia.

Além disso, além da crise não ter ido embora e haver retornado dessa maneira que registrei, a taxa média de crescimento de 2010 até o ano passado das principais economias do planeta foi medíocre. O PIB dos Estados Unidos cresceu a uma média de 2% ao ano, e oscilando – ora crescia 2,5%, ora crescia

1,5%. Além de baixo, um crescimento altamente oscilante. O Japão cresceu 1,5% ao ano, a Europa 1%, e oscilando violentamente.

Se não bastasse isso, qual é o grande debate que se trava sobre a economia mundial atualmente? Não é se a economia vai entrar em recessão ou deixar de entrar, é quando vai ser a próxima recessão. Isso se manifesta inclusive nos relatórios das chamadas instituições multilaterais: o Banco Mundial está com esta posição de que vai ocorrer um desaquecimento da economia, o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização Mundial do Comércio (OMC)... Inclusive o Sistema de Reserva Federal (Fed) nos Estados Unidos está mais ou menos suspendendo a programada elevação dos juros, de um lado pressionado pelo presidente Trump, mas também porque está avaliando que a economia tende a desaquecer.

E já apareceram os primeiros sintomas, que ocorreram no final do ano passado, quando houve uma violenta oscilação no mercado financeiro mundial, basicamente nas bolsas. E há elementos com que se pode afirmar que realmente a recessão vem. Quando alguém me pergunta quando eclodirá a nova recessão, respondo que não sou Nostradamus para saber qual é a data, só sei qual é a tendência.

E a tendência é essa de advir nova recessão. Vou citar basicamente dois elementos importantes sobre isso. De um lado, a chamada massa de recursos que está fora da esfera produtiva, que está na esfera puramente financeira e que se manifesta basicamente através dos chamados derivativos, que são títulos emitidos em cima de outros títulos, inclusive a partir de uma variação de juros. A maior parte dos derivativos é baseada na variação de juros.

O Banco Internacional de Compensações, o BIS, que é considerado o banco central dos bancos centrais, calcula a evolução do montante dos derivativos no mundo. Naquele momento que iniciou a crise, em 2007-2008, estava na faixa de US\$ 596 trilhões, que correspondia a nove vezes o PIB mundial. Depois oscilou, subiu, desceu, e atualmente voltou para o mesmo patamar daquela época. Um dos elementos que detonou a crise naquele momento foi a magnitude da pirâmide financeira alavancada pelos derivativos. Agora voltou para o mesmo patamar.

Outro dado importante é a dívida. Costuma-se falar em dívida pública, crescimento da dívida pública, que isso gera vulnerabilidade do Estado e tal. A

crise se manifesta também em outros tipos de dívida. As dívidas pública e privada no mundo cresceram de maneira violenta nos últimos dez anos. Atualmente, a soma dessas duas dívidas, que incluem o Estado, as empresas e as famílias, está em US\$ 233 trilhões, o que significa três vezes o PIB mundial.

E basicamente o que cresceu mais foi a dívida das empresas. A dívida privada dobrou nos últimos dez anos na sua relação com o PIB. Então, o que está sendo dito por muitos economistas é que a tendência é que desta vez a recessão vai começar não pela dívida das famílias, como foi a de 2007, não pela crise da chamada nova economia, baseada na informática e na internet, como foi a de 2001, mas pela dívida das empresas. Bem, esta é uma possibilidade muito grande.

Disse antes que a dívida empresarial dos últimos dez anos – a partir da crise de 2007 - duplicou, só que duplicou a uma taxa de juros próxima de zero, que era o *quantitative easing* e toda aquela política adotada de relaxamento monetário com juro zero. Só que a taxa de juros está subindo. E está subindo não é para combater a inflação, como dizem, e sim para poder viabilizar o financiamento dos três déficits dos Estados Unidos. Por isso que eles elevam a taxa de juros. E, ao elevarem, vão terminar trazendo como consequência a quebra de empresas.

Natureza da crise: estrutural



Até agora, discorri mais sobre a esfera mais aparente, mais de superfície, da crise. E isso é parte do problema. A gente começa avaliando por aí. Mas, para entender esta crise em profundidade e perceber as tendências, é preciso ver os elementos mais de fundo que estão por trás dessa crise. E,

para entender os elementos mais de fundo, parto da avaliação de que essa crise de 2007-2009, bem como a de 2012-2013 na Europa e a de 2014 em diante aqui na América Latina, são o desdobramento de uma crise mais geral, de longa duração.

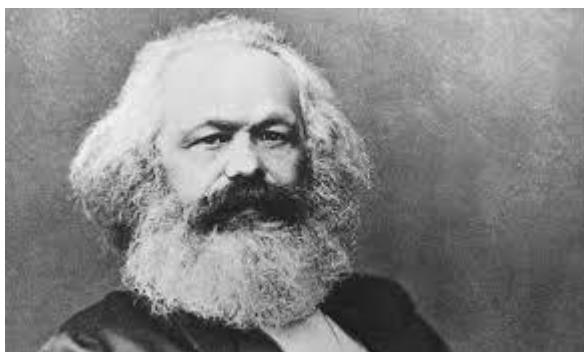
Que crise mais geral é essa? É uma crise prolongada, de natureza estrutural, que nasceu no começo da década de 1970. Aí alguém pode perguntar: mas como uma crise estrutural dura esses anos todos? Afinal, de lá para cá já se

vão quase 50 anos. Parto da seguinte ideia: além do ciclo convencional comum que existe no capitalismo, que na época de Marx era a cada 12 anos, depois foi encurtando e atualmente está na faixa de seis anos, além do ciclo convencional comum, existe no capitalismo uma onda larga, também chamada de ciclo longo, cuja formulação muita gente atribui a Nikolai Kondratiev, que era um economista russo. Kondratiev cuidou de precisar melhor do ponto de vista estatístico, de definir melhor a periodização, mas essa ideia surgiu de um outro russo. Quem primeiro formulou esta concepção de onda larga foi Alexander Parvus, que foi militante do Partido Social Democrata da Alemanha no final do século 19. Era russo, mas foi para a Alemanha, aproximou-se de Rosa Luxemburgo e passou a manter relações com os bolcheviques. O defeito dele era ser amigo do Trotsky e também teve uma trajetória meio complicada em sua relação com o governo alemão. Mas a César o que é de César: quem primeiro elaborou esta ideia do ciclo longo, de onda larga, foi ele. Na formulação dele, trata-se de um ciclo de 50 anos, sendo que a primeira metade é uma fase em que a economia mundial está se expandindo – isso não significa que não ocorram crises nessa fase. Há crises, sim, mas o que prepondera é a prosperidade, a expansão. Aí vem a segunda metade, em que a economia está declinando. E não significa que não haja momentos de crescimento; existe, sim, mas o que prepondera são as crises.

A periodização que considero adequada é constituída de quatro ondas. A primeira que vai de 1770 a 1840 – na época da primeira revolução industrial; a segunda onda que vai da década de 1840 à de 1890 – quando a revolução industrial, que era um fenômeno basicamente inglês, se expande para EUA, França, Alemanha, Japão, Itália e Rússia; a terceira que vai de 1890 até o final da Segunda Guerra Mundial – quando ocorre a segunda revolução industrial, com epicentro nos EUA, e esse país se converte na principal economia do Planeta; e uma quarta onda que corresponde ao período pós-guerra – quando são incorporadas ao processo industrial tecnologias criadas durante a guerra e os EUA se convertem em potência hegemônica. Muitos economistas manifestam a opinião de que a economia capitalista mundial já superou essa quarta onda e que já estamos na quinta. Vou procurar demonstrar que ainda estamos naquela quarta onda, a onda do pós-guerra.

A partir do imediato pós-guerra, houve um longo período de prosperidade econômica, por isso mesmo chamado de idade dourada do capitalismo, que vai da Segunda Guerra Mundial até o final dos anos 1960. E há o período que, segundo alguns economistas, inicia no final dos anos 1960, com algumas

recessões que ocorreram então. Mas acho que o sintoma inicial que anunciou este novo período da onda larga de pós-guerra, que é um período de decadência, foi a decisão do presidente Richard Nixon em 1971 de suspender a paridade e a livre conversibilidade do dólar. E ele suspendeu não porque fosse um cara perverso, um cara mau e tal; suspendeu porque estavam secando as reservas em ouro dos EUA para dar conta da livre conversibilidade do dólar em ouro. E suspendeu também porque tinha que acabar com a paridade. Foi o maior calote de todos os tempos. E tinha que acabar com a paridade porque havia iniciado um processo – e isso está na origem da crise – de geração de déficit externo, déficit comercial na balança dos Estados Unidos. E, como veremos, esta questão é fundamental.



Trabalho com a ideia, formulada por Marx, de que as crises capitalistas são originadas pela irrupção do conjunto das contradições da economia capitalista. Não é uma contradição só, e ele trabalhava basicamente com três: a queda da taxa de lucro, o subconsumo das massas e a

desproporção entre os setores da produção, ainda que considerasse a queda da taxa de lucro como a principal. Mas ele já havia intuído uma quarta, que é um elemento fundamental na dinâmica da economia capitalista, que é o desenvolvimento desigual, que Lênin retoma e trabalha no seu célebre livro “Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo”.

Deste conjunto de contradições, vou destacar duas que são preponderantes na deflagração da crise no começo dos anos 1970. A primeira é a queda na taxa de lucro. O que ocorreu no período a partir da Segunda Guerra Mundial? Começou a haver a incorporação em grande escala ao processo produtivo de tecnologias que haviam sido descobertas durante a guerra. Então, houve um avanço tecnológico importante no período de pós-guerra. Se se vai incorporando mais e mais tecnologia, aumentando a quantidade de máquinas, substituindo trabalhadores, trabalho vivo, por máquinas, a tendência é a taxa de lucro cair, porque quem gera valor novo, conseqüentemente quem gera excedente econômico, mais-valia, é o trabalho vivo. Se o trabalho vivo em termos relativos cresce menos que o trabalho morto, a tendência é que a massa de excedentes, a massa de mais-valia sobre o capital, tende a diminuir. Então, isso ocorreu naquele momento: a partir de determinado período,

notadamente a partir de meados da década de 1960, a taxa de lucro começou a cair nas principais economias capitalistas.

Isso foi reforçado por dois fatores. A partir do final dos anos 1960, os países da periferia conseguiram em vários casos melhorar a sua relação de troca com a economia central, aumentando o preço vendido das suas matérias-primas. Essa força dos países da periferia derivou basicamente de sua união no Movimento dos Países Não-Alinhados e em organizações de produtores de matérias primas, como a OPEP. Isso reforçou o aumento do gasto em capital constante nos países centrais, pressionando o aumento do gasto no trabalho morto. Por outro lado, a taxa de mais-valia, o grau de exploração da força de trabalho, ou estabilizou ou chegou até a diminuir a partir da segunda metade dos anos 1960. E isso basicamente porque se chegou a um índice de desemprego muito baixo, ensejando mobilizações importantes da classe operária no mundo, o que possibilitou a melhoria do poder de compra dos salários.

Já havia o chamado *welfare state*, o estado de bem-estar, que tinha cedido uma série de direitos aos trabalhadores no mundo, que em grande medida decorreu da luta dos trabalhadores, mas também em função do medo do imperialismo em relação à União Soviética. O certo é que aumentou o poder de compra dos salários e chegou o momento em que os salários nas economias centrais cresceram mais do que a produtividade do trabalho. Isso estabilizou, estancou a taxa de mais-valia, empurrando para baixo a taxa de lucro.

A queda da taxa de lucro é um primeiro elemento que está na origem daquela crise. Isso significa que, em sua atual etapa, o imperialismo não consegue conviver com a melhoria das condições de vida dos trabalhadores dos próprios países desenvolvidos e muito menos dos povos da periferia.

O segundo elemento é o desenvolvimento desigual. Os Estados Unidos começaram a perder em crescimento de produtividade para o Japão e para a Alemanha. Durante um período razoável, que vai dos anos 1950 até os anos 1980, o Japão e a Alemanha lograram que sua produtividade do trabalho crescesse várias vezes mais que a dos Estados Unidos – de 1960 a 1976, a produtividade do trabalho no Japão cresceu 289%, a da Alemanha 145% e a dos EUA 57% - e conseqüentemente puderam baixar o preço das suas mercadorias. E, ao baixá-los, começaram a penetrar no mercado dos Estados Unidos e em outros mercados que eram dominados por suas corporações. O resultado é que isso determinou o aumento das importações pelos Estados

Unidos e a dificuldade de aumento das exportações, gerando um déficit crônico na sua balança comercial. E como esse déficit era pago? Já que havia livre conversibilidade do dólar, o Japão e a Alemanha recebiam em dólar e convertiam em ouro. E, ao converterem em ouro, as reservas dos Estados Unidos, como num passe de mágica, saíram dos seus cofres e foram parar nos cofres do Japão e da Alemanha. Não foi nenhum assalto dos irmãos Metralha ao cofre do Tio Patinhas; foi uma decorrência inevitável do desenvolvimento desigual. Então, os EUA perderam quase todas suas reservas em ouro. E começaram a se endividar. Em meados dos anos 1980, já eram os principais devedores líquidos do mundo.

Reaganomics e neoliberalismo não conseguem reverter declínio dos EUA



A primeira reação mais importante a este declínio da economia estadunidense foi feita pelo governo de Ronald Reagan na década de 1980, a chamada reaganomics, que significava dentre outras coisas aumentar o gasto para injetar dinheiro na economia - basicamente

o gasto militar - e reduzir o imposto das grandes empresas. Além disso, junto com Margareth Thatcher, na Inglaterra, Reagan atacou o trabalho para tirar direitos dos trabalhadores e reduzir o poder de compra dos salários. Some-se a isso a forte pressão sobre as economias da periferia, os exportadores de produtos primários – basicamente o petróleo, que chegou a baixar o preço violentamente – para poder sair da crise. Kissinger, que fora um poderoso Secretário de Estado na década anterior, chegou a declarar que, para que os EUA – leia-se: suas corporações monopolistas - seguissem vivendo como antes, precisariam de matérias primas a custo de extração.

Essa política possibilitou uma ligeira melhora na economia dos Estados Unidos naquele período, mas logo depois, no final dos anos 1980, ao final do governo Reagan, já havia entrado em crise novamente. E tinha deixado uma pesada herança, uma dívida pública violenta. Já havia a dívida externa, ocasionada pelo déficit comercial, uma dívida externa que na metade dos anos 1980 já era a maior dívida líquida mundial, e então surgiu a dívida pública. Surgiu um déficit público pela combinação entre aumento do gasto militar e redução dos impostos sobre os ricos, derivando daí uma dívida pública. Por isso, tem-se

falado em “déficit gêmeo”, o déficit externo e o déficit público. Essa dívida conjunta serviu de base para a alavancagem de derivativos cujo montante passou a crescer de maneira vertiginosa, formando uma massa de ativos financeiros descolados da economia real, a não ser para se apropriar de valor ali gerado. Era a emergência e desenvolvimento da chamada financeirização da economia.

Depois, surgiu o terceiro componente do déficit, que foi o déficit familiar. Com o arrocho dos salários promovido a partir de Reagan, boa parte das famílias dos Estados Unidos ficou incapacitada de garantir seu sustento nos níveis em que viviam antes. Os arautos do neoliberalismo têm dito que houve a farra do consumo. Não houve farra do consumo, mas redução dos salários. E como as famílias lidaram com isso? Refinanciando seu imóvel, tomando recursos emprestado nos bancos para poderem se manter. Só que depois não conseguiram pagar. Daí que tenho falado em déficit trigêmeo: o déficit público, o déficit externo e o déficit das famílias.

A segunda tentativa de enfrentar a crise foi através da imposição do neoliberalismo, particularmente na periferia do mundo. O grito inaugural da nova ideologia, retomando ideário que havia sido plantado na década de 1940 por críticos do keynesianismo (destacando-se Ludwig von Mises, Friedrich von Hayek e Milton Friedman), foi em 1989 quando se estabeleceu o chamado Consenso de Washington; a partir daí, impôs-se ao mundo, a ferro e fogo, com base no poder de pressão e de sedução do governo dos EUA, do FMI e do Banco Mundial, o neoliberalismo, que implicava, basicamente, em abrir espaço mundo afora aos capitais e mercadorias dos Estados Unidos.

O certo é que, apesar disso, a economia estadunidense não saiu da crise. Melhorava um pouco para logo entrar em crise novamente, arrastando o resto da economia mundial capitalista. Não conseguia sair daquela crise iniciada no começo dos anos 1970 e seguiu em declínio.

Bloqueios a um novo ciclo prolongado de expansão do capitalismo mundial

Então, vem a pergunta: por que a economia dos EUA e a economia mundial não lograram sair da crise? Por que, depois de completados na década de 1990 25 anos da fase de declínio da onda larga de pós-guerra, a economia mundial não conseguiu ingressar em nova onda larga, como ocorrera nas ondas anteriores? Há uma imensa massa de recursos na esfera puramente financeira, cristalizada basicamente nos derivativos, que está fora da esfera produtiva.

Contata a esfera produtiva só para se apropriar de valor ali gerado. Por outro lado, há uma gigantesca massa de trabalhadores desempregados. Os abertamente desempregados, que seguem à procura de emprego, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), são 172 milhões de pessoas. E, se considerarmos o conjunto do trabalho informal no mundo, boa parte dele precário, são dois bilhões de pessoas.



Portanto, há uma imensa massa de recursos financeiros e uma massa gigantesca de força de trabalho fora da esfera produtiva. Qualquer economia minimamente racional faria colocaria os recursos financeiros na esfera produtiva, contrataria força de trabalho, e passaria a produzir. Por que não é feito isso? Por duas razões básicas. De um lado, porque a taxa de lucro, depois da queda a partir da década de 1960, permanece baixa. Apesar de ter melhorado um pouco a partir da segunda metade dos anos 1980, seguiu bem abaixo da taxa de lucro que vigorara antes: a metade da taxa de lucro de meados dos anos 1960. Então, o capital refugia-se na esfera puramente financeira, mesmo correndo o risco de perder nos momentos em que implode a pirâmide. E, quando desce para a economia real, não é para aumentar a capacidade produtiva, mas para se apropriar de capacidade produtiva já existente.

Por outro lado, se for colocar esta massa de recursos para produzir, vai defrontar com a situação de estreitamento do mercado mundial. E qual é a principal alavanca do mercado? É o salário. E o que ocorreu com o salário nestes anos todos? O salário e os direitos trabalhistas foram empurrados para baixo. Esse é um motivo.

O outro motivo é o seguinte: não se incorporaram ainda ao processo produtivo, com a profundidade necessária, os avanços tecnológicos que estão colocados na realidade para poder alavancar uma nova onda larga, um novo padrão de reprodução do capital, um novo processo de expansão prolongada do sistema capitalista mundial.

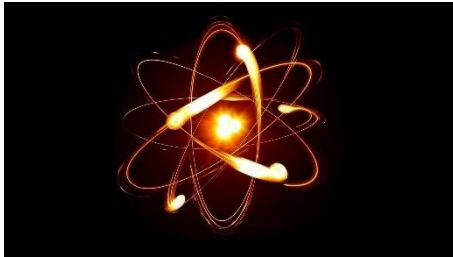
Se considerarmos a primeira revolução industrial, de 1770 a 1840, ela transformou o mundo, consolidou o capitalismo, e a produtividade do trabalho aumentou violentamente, consagrando a primeira grande potência capitalista, a Inglaterra. Se considerarmos a segunda revolução industrial, no final do

século 19, começo do século 20, também transformou o mundo, contribuiu para consolidar a nova etapa do capitalismo, o imperialismo, abrindo o caminho para a substituição da Inglaterra como potência hegemônica pelos EUA, que se consolidam no pós-Segunda Guerra. A chamada terceira revolução industrial, com base na informática, que tem a robotização e as tecnologias de informação como seus elementos importantes, tem avançado pelo mundo afora, mas acho que ainda não é suficiente para alavancar o processo produtivo de maneira mais permanente, não é suficiente para se transformar numa revolução das forças produtivas.

E o que está sendo chamado agora de quarta revolução industrial, ou indústria 4.0, denominação que surgiu na Alemanha, mas que avança mais rapidamente na China, também tem como elemento fundamental a informática. Se tem como base a informática, isto é, a rede 5G, a inteligência artificial, a internet das coisas, também se fundamenta em elementos da chamada terceira revolução industrial. Mas essas tecnologias ainda não foram incorporadas em profundidade ao processo produtivo, em grande medida porque a taxa de lucro, como registramos anteriormente, permanece em níveis baixos, desde o declínio iniciado na década de 1960. E se esses avanços tecnológicos forem incorporados ao processo produtivo, substituindo em larga escala o trabalho vivo pelo morto, vai diminuir mais ainda a taxa de lucro. Como quem produz valor é o trabalho vivo, se substituir o trabalho vivo por trabalho morto, a taxa de lucro tende a cair mais ainda.

Pensando cá com meus botões, uma revolução industrial só se consolida se se faz acompanhar de uma revolução profunda na área energética, não só mudando as fontes de geração de energia, como implementando novas tecnologias de utilização dessas novas fontes. Foi assim na primeira revolução industrial com a máquina a vapor, tendo como matéria-prima o carvão mineral; e também na segunda revolução industrial com o motor a explosão e a eletricidade, tendo como matéria-prima o petróleo; não ocorreu ainda uma terceira ou quarta revolução energética. Têm ocorrido avanços tecnológicos impressionantes, mas tendo a achar que esses elementos que estariam na chamada quarta revolução tecnológica já estavam presentes na suposta terceira, só que aprofundando em intensidade o uso da informática. Mas aí, para consolidar uma nova revolução tecnológica, tem-se que resolver a questão energética.

E tendo a achar que a revolução energética que está em embrião, mas já bastante avançada para poder mudar a questão energética, é a energia nuclear com base na fusão.



A fissão tem problemas sérios de riscos e rejeitos, além de matéria prima relativamente escassa – o urânio -, e por isso não tem condições de se generalizar, de ser a base de uma revolução energética e, portanto, tecnológica. Mas a fusão, se forem resolvidos os problemas técnicos de domesticação da explosão, tem amplas condições de alavancar uma nova revolução energética. Claudio Campos e eu estivemos na Rússia logo depois da queda da URSS e falamos com alguns cientistas envolvidos com essa questão e eles já estavam bastante avançados naquela época. Depois, soube que eles repassaram informações para a China e esta desenvolveu um programa próprio de fusão nuclear. E está bastante avançado. Buscou um caminho próprio e está muito próximo de resolver o problema. Se resolverem essa questão, estaremos bem próximos do reino da abundância do qual falava Marx. Estou falando, certamente, do ponto de vista técnico-material, porque a questão energética a partir da fusão tem matéria-prima infinita, que é o hidrogênio, que tem em toda parte da natureza, no ar, nas águas. Avalio que esta é uma questão chave e não é à toa que a China é um dos países mais avançados neste processo, porque ela não está estrangida pelos elementos que estão presentes do lado capitalista, que são elementos que têm a ver com o domínio dos monopólios, domínio do capital financeiro, taxa de lucro baixa. Porque a lógica que move a China é outra; então, ela tem mais facilidade de incorporar elementos da revolução tecnológica, da revolução científico-técnica, do que a meu ver o sistema capitalista mundial. E está avançando bastante neste sentido.

Desenvolvimento desigual e expansão acelerada da China

Mencionei antes que, na raiz da crise estrutural mundial, encontrava-se, além da queda da taxa de lucro e de outras contradições, o desenvolvimento desigual, que na época se manifestava no declínio relativo da economia dos EUA em relação às do Japão e da Alemanha. Isso ocorreu no período que vai dos anos 1950 à década de 1980. Atualmente, no entanto, conforme demonstrou o prof. Luis Fernandes durante o seminário, manifesta-se na forte expansão das forças produtivas da China em detrimento dos EUA.

E por que os Estados Unidos, no fundamental, vêm declinando do ponto de vista econômico? A questão chave é que, nessa época decadente de domínio do capital financeiro, quem comanda seu Estado é a oligarquia bélico-financeira, e o usa para favorecer o parasitismo rentista e a guerra, a destruição, e não a atividade produtiva. Os pacotes fiscal-monetários adotados a partir da grande recessão de 2007-2009 expressam essa realidade: foram injetadas toneladas de dólares para comprar os títulos podres armazenados nos bancos. Não significa que não haja estímulo à atividade produtiva; significa que o preponderante, inclusive na crise de agora, é favorecer a oligarquia financeira.

Na China, a força social que comanda o Estado através do Partido Comunista estabeleceu que sua prioridade é o desenvolvimento das forças produtivas, como base para o desenvolvimento do país, e para isso recorre ao Estado nacional como instrumento fundamental para realizar esse desenvolvimento. Independente de se manter nos marcos do socialismo ou haver transitado para o capitalismo de Estado, o fundamental é que a China tem utilizado esse instrumento poderoso que é o Estado nacional como instrumento do desenvolvimento. É certo que, numa sorte de NEP tardia e ampliada, a China incorporou crescentemente mecanismos de mercado desde a Reforma de 1978, liderada por Deng Xiaoping. Por isso, há os que consideram que foram esses mecanismos de mercado os principais responsáveis por essa forte e prolongada expansão das forças produtivas chinesas. Se esses mecanismos têm esse condão, por que então as chamadas economias de mercado - isto é, capitalistas – estão, no fundamental, mergulhadas na estagnação há décadas? Os mecanismos de mercado, ao contrário, se ultrapassarem os limites em que possam ser controlados pelo Estado, sobretudo se, além de afetarem a parte da economia privada e suas relações com o setor estatal, também estiverem presentes ao interior deste setor, podem ser importantes fatores de crise, como ocorre nas economias capitalistas. Foram eles que serviram de correia de transmissão para que a grande recessão deflagrada em 2007 se introduzisse na economia chinesa, derrubando seu ritmo de crescimento. Como vimos, foi a ação do Estado chinês que evitou que a queda fosse maior.

Esse soerguimento econômico da China, ao lado da decadência dos EUA, vem possibilitando o renascimento do multilateralismo, que havia sucumbido com o fim da União Soviética. É certo que esteja limitado pela forte dependência da China em relação ao destino de suas exportações e das aplicações financeiras de suas imensas reservas cambiais (mais de US\$ 3,5 trilhões), ou seja, os EUA.



Mas, em resposta aos impactos da grande recessão, a China, dentre outras ações, como uma melhor distribuição de rendas, tem buscado diversificar o destino de suas exportações e da aplicação de suas reservas. Esse caminho deve ser fortalecido a fim de tentar bloquear o impacto interno da crise mundial e a ação do imperialismo

estadunidense. Além disso, a declaração de guerra comercial pelo governo dos EUA, ao impor fortes tarifas de importação sobre produtos chineses, teve uma resposta à altura por parte do governo chinês, que também majorou suas tarifas de importação sobre produtos estadunidenses, o que deixou claro que o prosseguimento do desenvolvimento da China depende cada vez mais de ações afirmativas com vistas a fortalecer sua independência econômica.

Ao mesmo tempo em que o renascimento do multilateralismo tem essa base econômica, vale destacar que no plano político tem cabido à Rússia, no que tem sido visto como um “renascimento”, o principal enfrentamento à política imperialista de Washington, como visto recentemente na Síria e, agora, na Venezuela.

De acordo com contribuição do jornalista do *Hora do Povo*, Antônio Pimenta, que aqui incorporo, esse papel político da Rússia tem como base sua condição inegável de superpotência nuclear e a prevalência de uma orientação pela soberania em seu governo, e é exercido em ampla unidade com a China, além de reforçado com instrumentos como a União Euroasiática, o Tratado de Xangai e os Brics.

A recusa da Rússia, acompanhada pela China, no Conselho de Segurança da ONU, de que a Síria sofresse o mesmo destino da Líbia, em 2013, marcou a restauração mínima da Carta da ONU, garantindo o espaço para a ajuda militar no período mais difícil, o que decidiu a vitória síria.

A ordem unilateral que sucedeu ao desmoronamento da União Soviética está definindo, o que limita a possibilidade de o império estadunidense seguir tentando impor a extraterritorialidade das suas leis internas, assim como o uso político de instrumentos supostamente ‘neutros’, como o desligamento do Irã do sistema de pagamentos internacional Swift, o que chegou a ser aventado contra a Rússia no auge da crise do referendo na Crimeia. Limita, mas não

impede: as potências imperialistas tendem a ficar mais agressivas no momento de decadência.

Outro aspecto da política da Rússia tem sido a aliança com a Opep para sustentar o preço do petróleo, bem como a desdolarização de sua economia, dois aspectos que estão interligados.

Ao mesmo tempo, a Rússia busca manter relações intensas com a Europa, particularmente com a Alemanha, como se vê hoje com o *Nord Stream*. Os europeus são os maiores parceiros comerciais da Rússia, mas a importância da China é crescente.

A marcha da Rússia a leste se intensificou, com os acordos com a China para fornecimento de gás e para projetos conjuntos nos setores de tecnologia de ponta (aviões civis de grande porte, fusão nuclear e outros).

No plano econômico, a Rússia, em termos de PIB medido pela paridade de poder de compra, vem disputando com a Alemanha a quinta posição, e o objetivo colocado pelo governo Putin é de que a Rússia esteja entre as cinco maiores economias do mundo. As sanções decretadas por Washington contra a Rússia e acatadas pelos europeus permitiram que parte da indústria leve e do setor agrícola – especialmente grãos - fosse reativada, depois de desmontada na década de 1990. Além disso, o Estado voltou a ter um papel fundamental na economia: além dos bancos estatais, a parte mais importante do petróleo e gás foi reestatizada, além de unificada a indústria de defesa, que é estatal.

Crises estruturais abrem espaço para transformações profundas

O desenvolvimento desigual, que possibilita o soerguimento da China e a retomada da Rússia, ao mesmo tempo em que declina o império estadunidense, reforça as tendências à crise estrutural do sistema capitalista mundial.

O certo é que estamos nesta crise mais geral, estrutural, profunda, que abre duas grandes possibilidades. De um lado, abre a possibilidade de uma mudança. Aquela colocação do Marx: quando as forças produtivas ultrapassam as relações de produção prevalecentes, abre-se um período de crise e a possibilidade de uma mudança, de uma transformação, com a ruptura das relações de produção. Foi isso que ocorreu na última crise estrutural, de 1914 a 1945. Ocorreu a primeira revolução socialista da história, e abriu espaço para a descolonização da África e da Ásia e para o *welfare state* na Europa. Mas, se

as mudanças não são feitas, aí abre espaço para o retrocesso. Um momento de crise não implica necessariamente que vai haver transformação, pode haver retrocesso.

As revoluções se fazem no momento de crise, não no momento de normalidade. Mas não uma crise qualquer. Uma crise cíclica não necessariamente abre espaço para uma revolução, pois é um período curto, mas uma crise estrutural, mais profunda, mais prolongada, abre espaço para a transformação. Mas, se as forças revolucionárias não aproveitam a crise para transformar, para fazer a revolução, aí a direita cresce e vem a possibilidade de retrocesso.

Assim, como disse o companheiro Renato Rabelo durante o seminário, temos de buscar uma alternativa a esta situação do capitalismo, precisamos de uma alternativa. E, nesta alternativa, uma questão chave, decisiva, a meu ver, é definir quem é o inimigo principal. Se não se define o inimigo principal, não se podem definir quais são as forças que se vai reunir para fazer a revolução e as transformações.



O inimigo principal é a oligarquia financeira que comanda a principal potência imperialista do mundo, os Estados Unidos. Está em decadência, mas segue forte, armada até os dentes e acirrando seus ânimos agressivos, como costuma ocorrer com qualquer potência em declínio. Se é esse o inimigo principal, abre espaço para uma ampla coalizão para isolá-lo. E esse inimigo está nos dando cada vez mais razão, porque a cada ação mais contribui para o seu isolamento.

Temos acompanhado a emergência no mundo das forças da ultradireita, fato que também tem sido destacado pelo companheiro Renato Rabelo. Então, temos que formar uma frente em nível internacional. Temos que buscar em todas as nossas relações internacionais formar a frente mais ampla possível, que isole o imperialismo, que isole a oligarquia financeira, de cujas entranhas nasce a ultradireita. Quanto mais avançarmos nisso, mais criaremos as condições para nossa alternativa se viabilizar.

Como essa crise mundial se reflete na periferia? Seu impacto decorre da forma dependente como a periferia se insere no mundo capitalista. Mas seu impacto na periferia não quer dizer que necessariamente ela tenha que entrar em crise. Vai depender, em grande medida, da ação que seus governantes têm diante da crise. É preciso, como condensa ideograma chinês para crise, aproveitar a crise como oportunidade para fazer a transformação.

O impacto da crise mundial sobre as nações da periferia e particularmente na América Latina não é algo definitivo. A consequência dele depende da reação que se tenha, da resposta que se dê. Por exemplo, qual foi a resposta que Getúlio Vargas deu à crise de então? Implementou um Programa Nacional de Desenvolvimento para transformar o país de agroexportador em urbano-industrial. Um governo da ditadura de 1964, o do general Geisel, diante da crise da década de 1970, adotou o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), e, por isso, enquanto o mundo estava em crise, o Brasil seguia crescendo. Se a resposta é essa, aproveita-se a crise, como dizem os chineses, como oportunidade.

Uma questão fundamental é contar com um Plano Nacional de Desenvolvimento. Aqui no Brasil temos uma referência histórica. É claro que temos uma nova realidade e que devemos aprofundar e elaborar em cima dela, mas sempre nos inspirando na nossa história, com vistas à construção do futuro. E o que nos diz a história? Que o período em que as forças produtivas no Brasil mais se desenvolveram foi o da vigência do nacional-desenvolvimentismo deflagrado por Getúlio Vargas. Qual é a essência do nacional-desenvolvimentismo? Desenvolvimento sob controle nacional, voltado para o mercado interno alavancado pelo salário e utilizando o Estado como instrumento fundamental, numa sorte de capitalismo de estado. Essa etapa da Revolução Brasileira poderia ter sido completada com a implementação das Reformas de Base de João Goulart, mas foi interrompida pelo golpe de 1964. São elementos que podem nos inspirar para podermos elaborar o nosso programa atual. É só assim que vamos reconstruir, consolidar e defender o nosso Estado-nação. Porque, se não se desenvolvem as forças produtivas, se se está debilitado deste ponto de vista, a ação imperialista tende a ter um peso muito grande para submeter nosso Estado-nação e bloquear nosso desenvolvimento. A implementação de um Plano Nacional de Desenvolvimento poderia significar a retomada, aprofundamento e conclusão

da revolução deflagrada em 1930 e abrir espaço para um novo período em que os seres humanos, em lugar de serem dominados pelas forças cegas da economia, exerçam seu comando sobre elas e assim possam usá-las em seu benefício, ou seja, como disse Claudio Campos: “Libertar o Brasil. Construir o Socialismo”. Ainda que, como diria Lenin, não há uma muralha da China entre esses dois momentos.

É óbvio que, para abrir espaço para a implementação de um Plano Nacional de Desenvolvimento, temos que, primeiro, afastar do caminho esse governo protofascista que combina o mais desbragado obscurantismo no terreno das ideias com a mais deslavada submissão ao que há de mais reacionário nos EUA, a ameaça de entrega de todo nosso patrimônio público, o ataque violento aos direitos dos trabalhadores e a ameaça à democracia tão duramente conquistada e construída a partir do fim da ditadura e que foi consagrada na Constituição de 1988. A tarefa imediata é formar a mais ampla frente política e social para bloquear esse caminho. Mas devemos desde já construir esse Plano e começar a divulgá-lo. Ou seja, como é natural, caminhar com as duas pernas.

Nilson Araújo de Souza, membro do Comitê Central e da Comissão Política Nacional do PCdoB, professor do Programa de Mestrado em Integração Contemporânea da América Latina da UNILA

Panorama da etapa do capitalismo da qual emerge a Revolução 4.0

39

Abaixo, o texto que serviu como base para a intervenção de Renato Rabelo.



Vive-se hoje a etapa do sistema do capitalismo financeirizado – sob a égide do capital a juros, do capital fictício e do rentismo.

A financeirização impõe de forma sistêmica a subordinação do Estado, inclusive do seu orçamento e da sua dívida, aos desígnios da exclusiva valorização do capital (Como,

por exemplo, a imposição de um Superávit primário, e do novo papel dos Bancos Centrais na atualidade).

O economista, filósofo e destacado revolucionário Karl Marx previu – ainda no século XIX -- e tratou essa Etapa do capitalismo como a das formas mais “desenvolvidas” do capital, de seu desenvolvimento orgânico.

Como uma síntese, podemos dizer: As tecnologias da Quarta Revolução Industrial (QRI) não são neutras, mas estão sendo utilizadas para impulsionar o capitalismo financeirizado.

Diante desse quadro, a situação mundial é marcada por uma crise econômica que já dura mais de uma década (desde 2007/2008). Trata-se de uma crise estrutural do capitalismo: caracterizada pela tendência à Recessão, em que crescem os derivativos e o Capital fictício multiplicou-se cerca de nove vezes o PIB mundial; neste ambiente crescem a dívida pública e a privada para o montante de 233 trilhões de dólares; há um déficit de demanda crônico.

**A Sociedade Capitalista Atual: Financeirização + QRI = Capital valorizado/
Trabalho desvalorizado**

Os bem-sucedidos são os detentores da riqueza financeira que acumula valor, produto do aumento da produtividade (“tempo livre”), sob a forma de capital

fictício, que cresce com o lucro fictício – os possuidores de Títulos, que permitem direitos sobre a riqueza e a renda ($D = D'$).

Os mais fracos, por outro lado, vão sendo “liberados” do trabalho – sofrem ameaças permanentes de desemprego, da crescente precariedade das novas ocupações, da queda do salário real, do aumento exponencial da desigualdade e da exclusão social.

Este exército pode se transformar numa grande ameaça, com o descarte desses excluídos, ditos indesejáveis – já provocando o encarceramento em massa nos EUA -- e o movimento dos Coletes Amarelos na França, entre outros exemplos.

No Brasil, estamos sob a vigência de uma situação fundante com o estabelecimento do governo Bolsonaro: assistimos um autoritarismo visceral, a tentativa de aplicação do ultraliberalismo, que já se apresenta como uma ortodoxia superada; e o neocolonialismo, ou seja, uma política de capitulação, diante dos EUA.

O Governo de Jair Bolsonaro sacrifica e ameaça a democracia – e a própria destruição das instituições democráticas vigentes. Seu governo promove o anti-desenvolvimento nacional – com estagnação econômica, recessão do investimento e acelera a desindustrialização.

Sobre as relações de trabalho, o que vemos no Brasil é um cenário de precarização laboral crescente, com um regime de trabalho intermitente, sem vínculo formal com as empresas, com perda completa de direitos e a vigência de um desemprego estrutural. Daí a aprovação da Reforma Trabalhista no Brasil, que vai em direção a esta nova forma de relação capital/trabalho; O governo já anunciou que pretende a adoção de uma Carteira profissional Verde/Amarela, a oficialização do trabalho precarizado e terceirizado.

O que já vem acontecendo em forma crescente é a substituição do trabalho pela automação. Atualmente, no Brasil, mais de 70% do trabalho vem da área de serviços (Industrialização dos Serviços), e precisamente aí é que as funções desaparecerão, porquanto podem ser totalmente automatizadas. E assim vários tipos de trabalho e profissões vão adotando a automação total ou parcial.

Na visão de economistas da UNICAMP e de Ricardo Antunes – em suas análises afirmam que há um movimento no sentido contrário da eliminação do trabalho, com uma expansão monumental do que denominam de novo proletariado de serviços na era digital. Contudo, admitem “um aumento do fosso entre uma elite de trabalhadores altamente qualificada para funções indispensáveis ao capital e uma vasta maioria de descartáveis, apta a aceitar condições cada vez mais rebaixadas”.

O Impacto na Construção do Partido da classe trabalhadora, sua organização, mobilização e formação



Em resumo, o perfil da sociedade capitalista em curso pode ser caracterizada: 1) Pelos detentores da riqueza financeira e seus monopólios associados; 2) Por uma elite de trabalhadores altamente qualificados; 3) E por uma vasta maioria de descartáveis – processo de condições de trabalho cada vez mais precarizadas, em que setores crescentes de trabalhadores não são absorvidos pelo sistema, e os

ditos indesejáveis. As consequências desses fenômenos são basicamente os seguintes:

A) Em primeiro lugar, o impacto sobre as forças da esquerda -- sobretudo os partidos comunistas e do trabalho – que têm sua base social definida predominantemente na classe trabalhadora. Em tal situação do capitalismo financeirizado e da nova morfologia do trabalho vivo, traz consequência sobre o sentido de classe entre os trabalhadores – por seu perfil e variação de forma e lugar de trabalho – conforma uma nova subjetividade, que requer renovada formação de consciência de classe, de uma identidade de classe.

B) Em segundo plano, o impacto do avanço da tecnologia digital informacional que produz consequências revolucionárias na comunicação e na informação, instrumentos essenciais para o Partido – como informar, como estabelecer formas de mobilizar e organizar massivamente, como lutar. Enfim, essas

inovações revolucionam a própria funcionalidade do Partido e da sua linha de massas e a sua metodologia em vários aspectos.

Desta forma, passamos a viver a nova realidade da sociedade organizada em redes sociais. E muito mais, surge o período da conceituada “pós-verdade”, onde avultam as fake News (notícias falsas), novas mídias baseadas na robótica da informação, que atingem um estágio categórico no qual falsas notícias, não são marginais, mas “estruturaram opiniões sobre todos os temas” (Manuela D’Ávila).

Diante do capitalismo financeirizado e da quarta Era Tecnológica, se coloca uma alternativa -- político-econômica e social -- para a classe trabalhadora, há sim espaço para a organização dos trabalhadores, do seu Partido e da sua representação sindical

É uma exigência histórica -- não podemos perder de vista -- que a evolução técnica-científica contemporânea deve estar voltada para a construção de uma sociedade que assegure a emancipação social, o desenvolvimento e a prosperidade nacional, o avanço civilizacional e a paz entre os povos e países: Este é um poder estatal democrático-popular, conduzido pelos que trabalham e seus aliados.

Há um elemento comum contemporâneo no mundo ocidental – na União Europeia, nos EUA, e em grande parte no Continente Americano – onde assistimos a um empobrecimento generalizado de camadas populares e camadas médias, com perda de status social. Desde o começo crise econômica, verificou-se o enriquecimento de poucos, com uma concentração sempre maior de riqueza. Enquanto que setores excluídos se consideram “traídos” com o neoliberalismo globalizado.

Esse fenômeno abre caminho para grupos neofascistas e xenófobos que ganham grande parte do consenso eleitoral, nas grandes periferias urbanas, nas áreas da crise pós-industrial, entre as massas populares e os trabalhadores. As esquerdas não ganham credibilidade maior, apesar de tentativas de avanço de setores da esquerda trabalhista, como no Reino Unido (com Jeremy Corbin), e da “esquerda liberal” nos EUA, (Bernie Sanders), a Socialdemocracia, na Espanha, o presidente recém eleito, López Obrador, no México, além do crescimento promissor dos comunistas na Bélgica, nas últimas eleições legislativas deste ano.

Para as esquerdas -- e os comunistas especificamente -- o elo débil está relacionado com a sua capacidade de ligação com a vasta maioria de descartáveis e empobrecidos e como atrair os chamados trabalhadores digitais. Na União Europeia os primeiros têm sido conquistados em grande número pela extrema-direita.



No Brasil, a ligação com as massas trabalhadoras e populares nas periferias dos grandes centros urbanos e regiões pós-industriais, antes com uma presença saliente e organizada da esquerda, por meio do Partido, a organização sindical e social tem refluído sobremodo; hoje, esses espaços

são ocupados de forma crescente e organizada pelas igrejas neopentecostais, milícias armadas e o crime organizado. Os evangélicos neopentecostais já somam 35% da população (número ainda impreciso), possuem uma ramificação de igrejas com larga influência com sistemas de comunicação e de pequenas igrejas, com credos personalizados de lideranças religiosas que abrem novos cultos. As milícias, com gente originária das polícias, que crescem e detêm mais força no atual governo. O crime organizado, tendo à frente chefes com poder nas instituições, que diante da expansão da crise social, se apoiam nas camadas pobres da população, nas periferias dos grandes centros urbanos e recrutam a população jovem para formarem uma organização clandestina, sistêmica, para expansão do narcotráfico.

Hoje é marcante a recusa da política, emanada por poderes dominantes, limitando-se a alimentar a desconfiança na política e nos partidos; a luta contra a corrupção como a causa única de todos os males sociais, que mina a perspectiva e a esperança, sendo este o caldo de cultura para o crescimento dos grupos de ultradireita.

Na etapa do capitalismo financeirizado e da QRI a seu serviço, na luta transformadora para abrir caminho a novo modo de produção e novas relações de produção a questão da alternativa está diante de uma encruzilhada: continuidade do capitalismo financeirizado, sob hegemonia do capital financeiro, ou sua suplantação por uma nova formação econômico-social, tendo à frente as forças políticas do trabalho.

Objetivos para as forças anticapitalistas, anti-capital-financeirizado:

- 1) No centro do sistema internacional, a luta anticapitalista, por uma transição socialista;
- 2) Na periferia, a luta por um projeto nacional de desenvolvimento, contra hegemonia do capital financeiro e a conquista de um regime democrático-popular;
- 3) As revoluções democrático-populares remanescentes (Como as da China, Vietnam, Cuba) portadoras de nova formação econômica social, distinta do “modelo” excepcional da União Soviética, que ocupam hoje o lugar na atual transição socialista. E a Coreia Popular que ainda vive uma situação específica de Estado de Guerra com os EUA, onde estes mantêm tropas de ocupação ao sul do Paralelo 38 na península coreana, ainda sem o desfecho da proclamação de um Acordo de Paz.

A Construção do PCdoB na contemporaneidade do capital financeirizado e da Quarta Revolução Industrial

É atual o Programa do PCdoB de 2009 – que propõe e defende um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento, soberano, democrático e popular, caminho estratégico no Brasil para a transição ao socialismo. A persistência e o desenvolvimento de uma alternativa programática que aponte o caminho e o rumo é imprescindível para ampliar o horizonte da luta, para não se perder no imediatismo e no recôndito das batalhas, saber distinguir assim o inimigo principal e os aliados fundamentais e temporários.

A resistência nas condições do governo de extrema-direita de Bolsonaro:

- Lutar pela construção de uma Frente Ampla, tendo como centro de gravidade a questão democrática, a premissa da soberania, o desenvolvimento econômico e o progresso social – o governo Bolsonaro é expressão da própria crise. A emergência da luta democrática se impõe em face do intuito aparente do grupo Bolsonaro de instar a preparação de um golpe de Estado, tendo como centro de seu alvo de ataques ao Congresso Nacional e ao STF, e contra as forças políticas, principalmente, as de esquerda, contando para isso com apoio político e social, institucional e de corporações estatais e de milícias.

Desde já, devemos lutar:

- Pela bandeira de uma decisiva retomada do crescimento econômico com a organização de um corajoso programa de investimento público contra cíclico, principalmente na infraestrutura e nos estímulos ao investimento privado,

saindo do círculo teimoso e vicioso da estagnação, que atinge uma situação catastrófica de enorme desemprego e elevada capacidade ociosa levando a economia a um atoleiro sem fim;

- Pela Valorização do Trabalho: A consigna de maior alcance é a luta sistêmica (aumento da automação) pela Redução da Jornada Trabalho; desde agora o embate contra o desemprego, por melhores condições de trabalho, trabalho permanente e garantia dos direitos trabalhistas;

- Por uma Educação pública e de qualidade é fator detonador de lutas que congregam forte anseio popular, amplificador da frente política mais extensa, meio estrutural que garante o objetivo desenvolvimentista desde agora e, sobretudo, a prazos mais longos;



- Por um Financiamento da Seguridade Social: Saúde, Previdência, Assistência Social, luta primordial no plano social que responde ao mais amplo interesse da sociedade, sobretudo nas condições de um capitalismo financeirizado e de moderna tecnologia de quarta geração a seu serviço, que resulta num sistema de desvalorização do trabalho e formação de camadas crescentes de descartáveis;

- Pela oferta de moradias populares e acesso à terra para quem queira nela trabalhar e sistema de crédito que permitam a viabilidade dessas conquistas democráticas populares nos centros urbanos e nas áreas agrícolas.

Em relação à construção específica do PCdoB:

- A luta por estabelecer o lugar político do PCdoB em que se possa distinguir e ampliar sua base eleitoral no contexto atual está relacionada com a aplicação do Programa do Partido e suas bandeiras mais atuais, que possam ser expressas conforme os anseios das massas e sejam por elas assimiladas. Mas o sucesso dessa política vai depender da nossa capacidade de viver com as massas, nos lugares de trabalho, moradia, estudo e relações sociais setoriais e se dedicar a atrair lideranças para as fileiras partidária que expressem os interesses da comunidade e sirvam ao povo. A projeção de lideranças vinculadas as camadas populares, as camadas médias e aos vários setores

sociais é a forma mais eficaz a fim de estreitar a ligação com o povo, alcançar bases organizadas e poder mobilizá-lo.

- Saber dominar os meios digitais de comunicação e informação e contar com as redes sociais em proveito da organização do Partido e da ligação com as massas; isso se torna num trunfo inequívoco na época de rápido avanço da tecnologia informacional. Em consequência disso a metodologia de funcionalidade partidária e os seus meios de comunicação, informação e formação sofrem uma transformação disruptiva. Pode-se afirmar que o mister da política, toda práxis no campo da política é impactada por grandes mudanças advindas da era da Informática, da INTERNET, que rapidamente compõem todas as coisas.

- Estruturar Vias de ligação do Partido com as massas trabalhadoras e seus aliados, com a atualização da linha de massas, tendo como centro uma comunicação acessível, convivência permanente, distinção de lideranças locais e regionais; e o papel específico das mulheres e da juventude na relação de trabalho, nos lugares de convivência social, na luta de resistência. O PCdoB acumula rica experiência na aproximação e formação de importantes lideranças de jovens, principalmente entre os estudantes, e de mulheres em vários setores de atividade.

- Os jovens saídos dos Cursos Técnicos Profissionalizantes e dos Cursos Superiores de Tecnologia vão se tornar nos “proletários digitais”, os trabalhadores das “fabricas inteligentes”. As indústrias do conhecimento e as indústrias atuais, em geral, têm um contingente majoritário de jovens. É aí onde devemos ampliar e consolidar um trabalho sistêmico entre esses jovens trabalhadores, desde sua trajetória nas escolas. As tentativas havidas até agora ainda não vingaram em um resultado de maior monta.

-- Promover a Luta de ideias: sobretudo na atual encruzilhada histórica, é inadiável a luta e o trabalho por reavivar a perspectiva, atualizar a alternativa programática e desenvolver temas de fronteira que embasem o pensamento político, elevem a formulação teórica e ideológica, possa contribuir na formação de uma forte coluna de quadros que sustente o Partido em qualquer circunstância, prepare ampla militância para a luta crescente e potencialize a influência partidária nas camadas sociais fundamentais a nossa luta e em toda sociedade.

-- Devemos manter a nossa estrutura de formação e estudo em vários níveis da Escola João Amazonas, da edição e lançamentos de livros, da continuidade da Revista Princípios, do Portal da FMG, do Centro de Documentação e Memória e da existência e atividade das secções da FMG em 12 Estados, mesmo no período especial em que vivemos. Além disso a FMG estabeleceu um plano de Colóquios, para o debate entre os quadros e convidados acerca de temas fundamentais para definição de nossos paradigmas, visando a questão das grandes transformações sociais na contemporaneidade, e temas candentes para calçar a luta política e ideológica. E o trabalho essencial dos Cursos a Distância, das grandes obras teóricas, já começando com o curso, pronto em setembro, das obras fundamentais de Karl Marx, sobre o sistema capitalista.

Renato Rabelo, presidente da Fundação Maurício Grabois, membro da Comissão Política do Comitê Central do PCdoB

Desenvolvimento desigual na era do conhecimento: a participação dos BRICS na produção científica e tecnológica mundial

48

A intervenção do camarada Luis Fernandes foi atualizada sobre a base do texto abaixo, escrito em coautoria com as professoras Ana Garcia e Paula Cruz e publicado originalmente na Revista Contexto Internacional, em março de 2015.

Introdução



Estamos diante de uma transição estrutural em curso na economia global, na qual os Estados Unidos estão perdendo poder na ordem mundial? Em que medida a China, juntamente com outros polos emergentes, está desafiando a posição dominante dos Estados Unidos e da Europa, indicando um novo centro de

poder no futuro? Estes questionamentos vêm sendo feitos em debates recentes, especialmente a partir da crise econômica mundial, iniciada em 2008 nos países centrais. O relativo declínio econômico das atuais potências acentuou a noção de que estamos em meio a um processo de mudança, com a ascensão das chamadas economias emergentes, conhecidas pelo acrônimo BRICS. Para melhor compreensão desse fenômeno, cabe-nos buscar ferramentas que ajudem na análise mais aprofundada dos mecanismos de mudança na ordem mundial. Quais são os determinantes de um desenvolvimento diferenciado dos países dos BRICS perante as potências tradicionais, os demais países periféricos e entre os próprios integrantes do grupo? O seu ritmo de desenvolvimento é sustentado no longo prazo? Quais são os seus entraves? Qual é o impacto da sua ascensão para a governança econômica global?

Partimos da premissa de que ciência, tecnologia e inovação (CT&I) têm importância estratégica no processo de desenvolvimento qualitativo e sustentado de longo prazo dos países. Ao longo da história do capitalismo, as

potências tradicionais fizeram uso de diferentes políticas públicas de CT&I de modo a alavancar seus processos de industrialização e alcançar níveis cada vez mais altos de desenvolvimento industrial e tecnológico. Somente depois de alcançado determinado nível de desenvolvimento econômico e institucional, essas potências pregaram o liberalismo econômico generalizado. Isso resultou em um processo de desenvolvimento desigual na economia mundial, na medida em que os países que detêm tecnologia buscaram evitar ou retardar sua difusão para outros países, criando meios pelos quais outros países foram impedidos de fazer uso das mesmas políticas públicas de promoção industrial e tecnológica. Cada vez mais, na atual fase do capitalismo global, a chamada era do conhecimento, inovação significa também poder político.

Assim, este artigo objetiva demonstrar o processo de concentração e difusão da produção de riqueza mundial em termos do PIB/Poder Paritário de Compra ao longo do século XX e início do século XXI, verificando em que medida ele foi acompanhado ou não pela produção de conhecimento científico e tecnológico mundial. Para demonstrar isso, analisaremos a evolução da participação dos BRICS em periódicos científicos indexados internacionalmente, a evolução dos gastos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), bem como os depósitos e registros de patentes nos escritórios nacionais e no exterior, além das patentes concedidas pelo escritório americano *United States Patent and Trademark Office* (USPTO). Verificamos que o relativo aumento do PIB/PPC nas potências emergentes nas décadas anteriores não foi acompanhado, na mesma velocidade, de uma maior capacidade de produção e detenção de conhecimento. Este continua bastante concentrado nas potências centrais, especialmente nos Estados Unidos, apesar de significativos avanços nas economias emergentes, especialmente na China.

Desenvolvimento Desigual na Ordem Mundial

No início do século XX, período de decadência da hegemonia britânica, a Europa Ocidental ainda concentrava a maior parte do PIB/PPP mundial, com 32%, como pode ser visto no [Gráfico 1](#). Os países que compõem hoje os BRICS reuniam 28%, seguidos dos Estados Unidos, com 16%. Este recorte abarca o período final do Império Russo e da antiga China imperial. O [Gráfico 2](#) mostra que a participação da China no PIB dos BRICS nesse mesmo ano era de 39%, seguida da Índia com 31%, e da área que, mais tarde, viria a compor a União Soviética - correspondendo parcialmente ao Império Russo -, com 28%. O Brasil tinha uma participação relativa de 2% no PIB do grupo. Os dados para a

África do Sul para esse ano não estão disponíveis. Para referência, vale registrar que, em 1913, o PIB daquele país equivalia a cerca de metade do brasileiro.



O [Gráfico 3](#) retrata o momento de mudança estrutural na economia mundial no pós-Segunda Guerra Mundial, com a consolidação dos Estados Unidos como principal economia do planeta, correspondendo a 27% do PIB global em 1950. A participação da Europa Ocidental caiu para 24% após as duas grandes guerras, e os países que hoje compõem o agrupamento BRICS viram sua parcela no PIB mundial diminuir para 21%. No âmbito destes países ([Gráfico 4](#)), destaca-se a ascensão da União Soviética, que ultrapassa a China e a Índia no PIB dos BRICS, representando 47%, contra 22% e 20%, respectivamente. Já o Brasil e a África do Sul ampliam sua participação no PIB do grupo para 8% e 3% cada.

Após os anos de reconstrução da Europa e do Japão, no período dos choques do petróleo e pós-crise financeira na década de 1970, podemos observar um novo movimento de difusão e distribuição territorial dos polos dinâmicos da economia mundial. Como pode ser visto no [Gráfico 5](#), a participação do Japão no PIB mundial passou de 3% em 1950 para 8% em 1980. As participações relativas dos Estados Unidos e da Europa Ocidental caíram para 21%, cada. Os países BRICS, por sua vez, mantiveram o percentual de 21%, mas com alterações nas posições relativas dos distintos países ([Gráfico 6](#)). A participação da antiga União Soviética no PIB do grupo recuou para 41%, mas manteve-se em primeiro lugar. A China ampliou sua participação para 25%. Na sequência do chamado "milagre econômico", o Brasil alcançou em 1980 seu melhor desempenho relativo entre os BRICS na série histórica examinada, chegando a 16% do PIB do grupo, ultrapassando a Índia (15%). A África do Sul manteve-se no patamar de 3%.

Ao final da primeira década do século XXI, quase vinte anos depois do fim da Guerra Fria, a configuração territorial dos polos de produção de riqueza no mundo já era bastante diferente. Em 2008, ano de início da crise econômica mundial, os países BRICS juntos (considerando a Rússia, sem a área da antiga URSS) já representavam aproximadamente 30% do PIB mundial, frente a 19% dos Estados Unidos, 14% da Europa Ocidental e 6% do Japão ([Gráfico 7](#)). Se

somarmos ao cômputo dos BRICS os PIBs dos países que integravam anteriormente a União Soviética, sua participação alcança 31% do total mundial ([Gráfico 8](#)). O destaque incontestado deste desempenho é o da China. Como pode ser visto no [Gráfico 9](#), sob o impacto do processo de reformas deflagrado em 1979 com o Programa das Quatro Modernizações, sua participação no PIB combinado dos países BRICS saltou de 25% para 59% em 2008. A Índia alcançou 23%. Tanto a Rússia como o Brasil viram sua participação relativa no PIB do grupo recuar para 8%, e a África do Sul para 2%. Juntos, a China e a Índia passaram a ser responsáveis por 82% do PIB combinado dos BRICS, dobrando a sua participação relativa, se comparado a 1980.

Os dados reproduzidos nos gráficos anteriores ilustram sucessivas reconfigurações territoriais dos polos dinâmicos da economia mundial ao longo do último século, com a erosão do dinamismo econômico das economias centrais e a ascensão de polos de crescimento mais acelerado em áreas da chamada "periferia" do sistema. Segundo a abordagem de [Robert Gilpin \(1987\)](#), isto alimentaria processos de "mudança estrutural" na economia política das relações internacionais. A desigualdade de poder no sistema é, paradoxalmente, a própria fonte de onde surgem os mecanismos de mudança estrutural. Um conceito-chave, originalmente de Lenin, e recuperado por Gilpin para compreender esse tipo de transição na economia política global, é o de desenvolvimento desigual. Segundo Lênin:

A exportação de capitais repercute-se no desenvolvimento do capitalismo dentro dos países em que são investidos, acelerando-o extraordinariamente. Se, em consequência disso, a referida exportação pode, até certo ponto, ocasionar a estagnação do desenvolvimento nos países exportadores [de capital], isso só pode ter lugar em troca de um alargamento e de um aprofundamento maiores do desenvolvimento do capitalismo em todo o mundo (LENIN, 2005, p. 64).

Em outras palavras, a expansão do capitalismo para um sistema realmente global, consolidado ao longo da hegemonia da Inglaterra no século XIX, deu-se através dos empréstimos internacionais dos bancos e do investimento externo de determinadas indústrias nas zonas periféricas, dinamizando essas economias, ao passo que, temporariamente, estagnava as economias monopolistas centrais.

Trazendo para a economia política internacional, na visão de Gilpin, toda economia é uma estrutura hierárquica composta por um centro (ou alguns centros) dominante(s) e uma periferia dependente. O desenvolvimento desigual é fruto de dois processos opostos: de um lado, há o efeito de polarização do capital, da indústria e das atividades econômicas no centro; de outro, há a tendência a um efeito de difusão dessas atividades e da riqueza do centro para a periferia, criando novos pontos nodais no sistema. Para [Gilpin \(1987, p. 94\)](#), na esfera internacional, esses processos de concentração e difusão têm implicações políticas profundas.



A vantagem inicial do centro sobre a periferia é sua superioridade técnica e organizacional. A inovação e capacidade da indústria geram mais eficiência, maior lucro e acumulação de capital, levando a um rápido crescimento do centro. No curto

prazo, o efeito de polarização do centro tende a predominar sobre os efeitos de difusão para a periferia. Entretanto, ao longo do tempo, a taxa de crescimento do centro tende a desacelerar e a locação de atividades econômicas tende a ser difundida para novos polos de crescimento na periferia. Nesse processo de difusão, a periferia goza do que [Alexander Gerschenkron \(1962, p. 95\)](#) chamou de "vantagens do atraso", ou seja, alguns países iniciam sua industrialização utilizando as técnicas mais atuais e eficientes, assim como as lições aprendidas pelas economias avançadas. Conseqüentemente, novos centros industriais se formam na periferia, podendo chegar a substituir velhos centros por novos polos de crescimento no sistema.

Notoriamente, a difusão e o processo de crescimento da periferia não se dão de forma fluida e igual para todos. A distribuição de matérias-primas, as capacidades empreendedoras, as redes de comunicação, assim como políticas governamentais, favorecem algumas áreas, regiões ou países em detrimento de outros. É necessário um esforço político para desenvolver indústrias viáveis, e um Estado forte que possa se equiparar e compensar as forças de mercado que tendem a concentrar riqueza, atividades econômicas e poder no centro ([GERSCHENKRON, 1962, p. 96](#)). Assim, a difusão desigual acaba gerando novas divisões dentro da periferia. Essas áreas ou países se diferenciam dos demais,

tornando-se novos polos de crescimento com capacidades próprias, podendo tornar-se um centro para um novo ciclo de difusão de crescimento econômico, gerando um novo efeito de polarização.

A produção e detenção de conhecimento e tecnologia são impulsores do desenvolvimento desigual entre centro e periferia, e dentro da própria periferia. Quando o efeito de polarização começa a dar lugar ao de difusão, gerando maior pressão competitiva nos países centrais, esses tendem a fazer uso de medidas protecionistas para desacelerar ou mesmo deter a ascensão de novos polos de riqueza. De acordo com [Gilpin \(1987, p. 97\)](#), o liberalismo cede lugar ao nacionalismo e ao protecionismo no sistema internacional. De fato, o protecionismo comercial dos EUA e Europa na Organização Mundial do Comércio, assim como seu sistema de proteção ao direito de propriedade intelectual são exemplos disso.

Em Chutando a escada, [Ha-Joon Chang \(2002\)](#) demonstra que, em seus períodos iniciais de industrialização, os países hoje avançados usaram ativamente políticas industriais, comerciais e tecnológicas para promover a indústria nascente. Hoje, esses mesmos países, ao alcançarem certo nível de desenvolvimento econômico, cobram políticas e procuram impor medidas econômicas sobre os menos desenvolvidos que eles mesmos não adotaram quando se encontravam em estágio histórico equivalente. Baseado no economista alemão Friedrich List, Chang afirma que os países atualmente desenvolvidos mudaram sua postura, ao passarem a ocupar outra posição relativa no sistema internacional: aqueles que usaram amplamente medidas restritivas e protecionistas em seu desenvolvimento histórico hoje de fendem o livre-comércio com os países menos desenvolvidos e acabam "chutando a escada" pela qual subiram, procurando impedir que os demais percorram um caminho parecido. Segundo [Chang \(2002, p. 114\)](#),

Quando estavam em situação de *catching-up*, os países hoje avançados protegiam sua indústria nascente, cooptavam mão de obra especializada e contrabandeavam máquinas dos países mais desenvolvidos, envolviam-se em espionagem industrial e violavam obstinadamente as patentes e marcas. Entretanto, mal ingressaram no clube dos desenvolvidos, puseram-se a advogar o livre-comércio e a proibir a circulação de trabalhadores qualificados e de tecnologia; também se tornaram grandes protetores das patentes e marcas registradas. Assim, parece que as raposas têm se transformado em guardiãs do galinheiro com perturbadora regularidade.

Há, assim, um padrão histórico relativamente recorrente, que se estende da Grã-Bretanha do século XVIII à Coreia do fim do século XX, pelo qual se viabiliza o desenvolvimento econômico bem-sucedido por meio de políticas públicas que buscaram fomentar e proteger suas respectivas indústrias nascentes. Os instrumentos políticos vão além da proteção tarifária, e envolvem subsídios à exportação, redução das tarifas de insumos usados para a exportação, concessão do direito de monopólio, acordos para a cartelização, créditos diretos, planejamento de investimentos, planejamento de recursos humanos, apoio à P&D e a promoção de instituições que viabilizassem parcerias público-privadas ([CHANG, 2002, p. 115](#)).



Os países integrantes dos BRICS puderam contar com certas "vantagens do atraso", iniciando sua industrialização com técnicas mais atuais e eficientes, podendo usufruir de lições aprendidas pelas economias avançadas.

Absorveram, assim, a difusão de atividades industriais e tecnológicas, com capacidade política e econômica diferenciada em relação aos demais países periféricos. Esse processo de difusão gera maior pressão competitiva nas economias centrais, que buscam deter ou diminuir o ritmo da difusão por meio de políticas protecionistas como, por exemplo, o protecionismo comercial e o sistema de propriedade intelectual. Essas medidas representam constrangimentos estruturais no processo de difusão de atividades agregadoras de valor em outros países. Por sua vez, os BRICS têm buscado viabilizar o desenvolvimento de setores considerados estratégicos, objetivando mudar a posição relativa de suas economias no sistema por meio da inovação.

A participação relativa dos Brics na produção mundial de C&T

A partir do indicador tradicional de publicações em revistas científicas internacionais indexadas, podemos ilustrar nos gráficos a seguir a participação relativa dos países BRICS na produção científica mundial, comparando-os aos Estados Unidos, à Europa Ocidental e ao Japão. Como se pode ver no [Gráfico 10](#), em meados dos anos 1990, os países BRICS somados eram responsáveis por aproximadamente 8% do total de publicações em periódicos científicos internacionais indexados, perante 30% da Europa Ocidental como um todo, 29% dos Estados Unidos e 7% do Japão. No âmbito da Europa Ocidental, a

produção de conhecimento medida por este indicador era liderada pelo Reino Unido, seguido pela Alemanha e pela França.

A distribuição relativa da produção científica e tecnológica dos BRICS nesse ano pode ser vista no [Gráfico 11](#). Fruto do forte apoio dado à área de C&T no período soviético, a Rússia ainda liderava em 1996 o ranking da produção de conhecimento dos BRICS com um terço do seu total, seguido pela China com aproximadamente 30%, Índia com 22%, Brasil com 9%, e, por último, África do Sul com 5%.

Como pode ser visto no [Gráfico 12](#), mais de quinze anos depois, o quadro da distribuição da produção científica e tecnológica mundial já apresentava mudanças significativas. A produção de conhecimento do conjunto dos países BRICS, medida pelo indicador convencional, mais do que dobrou e já representava, em 2013, uma parcela na faixa de 25% do total mundial, tendo ultrapassado a participação dos Estados Unidos, que contabilizou 22% do total. A Europa Ocidental continuava responsável por uma fatia um pouco maior, embora sua participação tenha caído de 30% em 1996 para 29% em 2013. O ranking da produção científica e tecnológica europeia continuou sendo liderado por Reino Unido, Alemanha e França, nessa ordem. Já o Japão viu sua participação relativa na produção científica e tecnológica mundial cair de aproximadamente 7% para 5% no mesmo período.

A "locomotiva" do desempenho dos BRICS foi, uma vez mais, a China. Como pode ser visto no [Gráfico 13](#), em 2013 ela foi responsável por 66% da produção científica e tecnológica do grupo. Sua participação na produção mundial de conhecimento saltou de cerca de 2% em 1996 para 14% em quinze anos. O destaque negativo dos BRICS ficou por conta da Rússia, que, sob o impacto do desmantelamento do sistema montado no período soviético, viu sua participação relativa na produção de C&T do grupo cair de aproximadamente 34% em 1996 para 7% em 2013. Apesar de ter aumentado a sua participação na produção mundial de conhecimento, passando de 2% para 4% no mesmo período, a participação relativa da Índia na produção dos BRICS também caiu, de cerca de 22% para 16%, em função do desempenho extraordinário da China. Pelo mesmo motivo, o Brasil manteve praticamente inalterado o tamanho da sua fatia na produção dos BRICS, correspondendo a aproximadamente 9% do total. Com desempenho inferior aos do Brasil e da Índia, a África do Sul viu sua fatia na produção científica e tecnológica do grupo cair de cerca de 5% em 1996 para 2% em 2010.



A evolução dos gastos em P&D é detalhada pelo UNESCO Science Report ([UNESCO, 2010](#)).

Segundo o relatório mais recente, publicado em 2010, países em desenvolvimento como Brasil, México, China, Índia e África do Sul têm investido

mais em educação e P&D do que anteriormente. A Índia, por exemplo, investiu em trinta novas universidades, estimando que seu número de estudantes passe de cerca de 15 milhões, em 2007, para 21 milhões até 2012. Em alguns casos, o incremento em gastos domésticos com P&D representou um corolário de um forte crescimento econômico, mais do que um reflexo de maior intensidade no campo de pesquisa e desenvolvimento. Embora os países emergentes tenham investido na capacitação de cientistas e engenheiros, muitos dos graduados desses países encontravam dificuldades no mercado de trabalho, levando-os a migrar do Sul para o Norte, gerando uma grande saída de pesquisadores qualificados de tais países (*braindrain*). Hoje esse processo começa a se reverter. No caso da China e da Índia, a diáspora atua como um ponto de partida útil para o desenho de políticas de transferência de tecnologia mais efetivas e difusão do conhecimento. Os governos hoje buscam medidas para atrair os expatriados para casa. O objetivo é incentivar o uso dos conhecimentos adquiridos no exterior internamente, visando provocar mudanças estruturais benéficas. Devido à expansão econômica e uma melhora no nível social ocorrida na classe média destes países, cada vez mais estrangeiros retornam "para casa". Observamos que, no caso do Brasil, o fenômeno *braindrain* foi menos acentuado do que na China e, principalmente, na Índia, uma vez que sempre houve uma tendência ao retorno de pesquisadores ao Brasil, resultado de mecanismos de incentivo e fomento, ou mesmo de aspectos culturais.

De acordo com o *World Intellectual Property Report 2011*, publicado pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), a geografia da inovação está mudando, apesar dos países de alta renda ainda dominarem os gastos globais em P&D. Eles realizam aproximadamente 70% do total mundial de investimentos, gastando em torno de 2,5% do seu PIB em P&D. Isso representa mais do que o dobro da porcentagem dos países de renda média, como os BRICS. Entretanto, os países de renda média e baixa aumentaram em 13% sua participação no gasto global em P&D entre 1993 e 2009. A China responde por grande parte desse aumento - mais de 10% - tendo se tornado, no ano de 2009, a segunda maior investidora em P&D ([WIPO, 2011, p. 6](#)).

Deve-se observar, entretanto, que as análises internacionais que utilizam como medida de comparação o total de gastos domésticos em P&D como porcentagem do PIB se baseiam nos PIBs de cada país, que, por sua vez, são extremamente desiguais (por exemplo, o PIB da China ou dos Estados Unidos em relação ao PIB do Brasil ou da África do Sul). Assim, o volume por detrás das porcentagens é bastante diferenciado. Ademais, em geral, são diferenciadas as fontes de financiamento às atividades de P&D entre o setor empresarial, governos, instituições de ensino superior, entidades privadas sem fins lucrativos e fontes provindas do exterior. Para poder melhor comparar os países dos BRICS com os Estados Unidos e a Alemanha, nos ateremos aqui somente à evolução dos investimentos governamentais e empresariais ([Tabela 2](#)), além da evolução do percentual de gastos totais, em relação ao PIB de cada um desses países, de 2000 a 2012 ([Tabela 1](#)).

Na África do Sul, os investimentos em P&D variaram entre 0,73% de seu PIB em 2001 e 0,93% em 2006, demonstrando de forma evolutiva um aumento nesses gastos. A partir de 2009, porém, verifica-se uma ligeira queda nesse percentual, tendo atingido seu valor mais baixo em 2010: 0,76% do PIB. Embora os gastos totais em P&D na África do Sul tenham permanecido entre 0,73% e 0,93% do seu PIB, é interessante notar que a média desse percentual ao longo do período analisado se aproxima da média do percentual apresentado pela Índia, onde os recursos aplicados em P&D variaram entre 0,77 e 0,89% do seu PIB. No que se refere às fontes de financiamento, observa-se uma tendência de aumento relativo nos gastos em P&D provenientes do governo sul-africano, que passa a superar os investimentos empresariais a partir de 2007. Nos anos anteriores, os gastos em P&D foram feitos majoritariamente por empresas, que responderam por 55,8% dos dispêndios totais em P&D realizados no país. Esse percentual foi gradualmente caindo, até atingir 42,7% em 2007, e 40,1% em 2010 (contra 45,7% e 44,5% dos gastos governamentais, respectivamente).

O Brasil investiu, em 2000, 1,06% de seu PIB em P&D. Após relativa queda entre 2002 e 2006, esse percentual voltou a subir em 2007, quando os gastos totais em P&D foram de 1,11% do PIB, atingindo 1,20% em 2011. A estimativa do governo brasileiro é de que esses gastos tenham passado para 1,24% do PIB em 2012. Ao longo de todo o período analisado, a maior parte dos investimentos em P&D no Brasil foi aplicada pelo governo, com exceção dos anos de 2004 e 2005, quando os gastos empresariais superaram os governamentais, representando 50,5% e 52,3% do total aplicado,

respectivamente. A participação do governo brasileiro nos dispêndios totais em P&D no país evoluiu modestamente de 2000 a 2011, passando de 51,7% para 52,9%. A estimativa é que esse percentual tenha sido de 54,9% em 2012, contra 45,1% investidos pelo setor empresarial.



Na China, o percentual dos gastos totais em P&D em relação ao PIB do país aumentou gradualmente ao longo de todo o período analisado, tendo passado de 0,9% em 2000 para 1,98% em 2012. Se comparado aos

demais países BRICS, é interessante notar que, embora a China apresente hoje o percentual mais elevado do grupo, em 2000 seu percentual era menor do que os registrados no Brasil e na Rússia, cujos gastos em P&D totalizaram 1,06% e 1,05% dos seus PIBs, respectivamente. Em 2002, entretanto, o percentual chinês já havia ultrapassado o brasileiro, finalmente superando o russo em 2004. Outra singularidade da China em relação aos demais BRICS diz respeito à principal fonte de financiamento à P&D, que na China são as empresas, e não o governo. Em 2000, elas aplicaram 57,6% dos investimentos totais, tendo sido 33,4% aplicados pelo governo chinês. Nos anos seguintes, a participação do setor empresarial continuou aumentando, tendo atingido 74% em 2012.

Na Índia, os gastos em P&D mantiveram-se relativamente constantes ao longo do período analisado, tendo passado de 0,81% do seu PIB em 2000 para 0,87% em 2009. O governo indiano estima que esse percentual tenha se mantido inalterado em 2010 e se elevado levemente para 0,88% em 2011 (dado mais recente disponível). Ao contrário da China e como nos demais BRICS, na Índia os recursos destinados às atividades de P&D são providos majoritariamente pelo governo. Contudo, embora os recursos governamentais ainda sejam a principal fonte de financiamento à P&D, a participação governamental vem apresentando queda gradual neste país, tendo passado de 76,8% em 2000 para 65,8% em 2009 (a estimativa é de que esse percentual tenha se reduzido ainda mais, totalizando 64,9% em 2011).

Na Rússia, por sua vez, a evolução dos gastos totais em P&D demonstra oscilações que variam entre 1,04% e 1,29% do seu PIB. Em 2000, esse percentual era de 1,05%, tendo aumentado para 1,25% em 2009. Desde 2010, a Rússia demonstra esforçar-se para manter os investimentos em P&D acima de 1,10% do seu PIB (1,12% em 2012). A principal fonte de financiamento a

este tipo de atividade é o próprio governo russo, que registrou aumentos contínuos em sua participação, se comparada aos investimentos empresariais. Em 2000, os gastos governamentais representaram 54,8% do total, tendo atingido 67,8% em 2012. Vale destacar que, entre os BRICS, a Rússia apresenta atualmente o maior percentual de gastos governamentais em P&D, sendo seguida pela Índia, Brasil, África do Sul e, finalmente, a China.

Comparando os países BRICS com a principal potência mundial, os Estados Unidos, estes investiram 2,62% do seu PIB em P&D em 2000, e 2,64% em 2011. Entre 2002 e 2007, essa porcentagem teve queda, oscilando entre 2,55% em 2002 e 2,63% em 2007. Em 2008, contudo, mesmo em um ano de crise, o país incrementou seus investimentos em P&D como parte de sua política anticíclica, passando a destinar 2,77% do seu PIB para esse tipo de atividade. O dado mais recente indica um total de gastos em P&D equivalente a 2,79% do PIB, em 2012. A principal fonte de financiamento a essas atividades nos Estados Unidos é o setor empresarial. Em 2000, as empresas arcaram com 69% dos investimentos, perante 26,2% aplicados pelo governo. Nos anos seguintes, embora esse percentual tenha apresentado queda relativa, a participação do setor empresarial nos gastos totais em P&D continuou maior do que a do governo norte-americano, tendo passado de 67,2% em 2001 para 59,1% em 2012.

Observamos, assim, que nos Estados Unidos e na China (assim como na Alemanha), o setor empresarial é o principal investidor em P&D, provavelmente resultado de um ambiente em que as empresas investem em P&D de modo a melhorar sua competitividade. No Brasil e na África do Sul, há atualmente um relativo equilíbrio entre o investimento governamental e empresarial. Na Índia e na Rússia, por outro lado, o investimento é predominantemente governamental. Esses diferentes patamares de fontes de investimentos em P&D implicam também diferentes capacidades dos governos desses países e de suas empresas de garantir que as inovações beneficiem suas economias. Nos países onde há maior envolvimento do setor empresarial em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, a propriedade intelectual torna-se um dos principais mecanismos pelo qual as grandes empresas buscam prolongar seu monopólio sobre produtos e processos produtivos inovadores. Regimes internacionais de propriedade intelectual ajudam a prolongar esse monopólio.



A posse de propriedade intelectual tornou-se cada vez mais central para estratégias de negócios, movendo-se para o primeiro plano das políticas de inovação. O requerimento de patentes aumentou no mundo todo de 800 mil pedidos nos anos 1980 para mais de 2,5

milhões em 2013 ([WIPO, 2011](#); [2014](#)). Esse aumento ocorreu em diferentes momentos, com o Japão, juntamente com os Estados Unidos, impulsionando o aumento nos anos 1980; com a Europa e a Coreia do Sul nos anos 1990; e mais recentemente com a China. De acordo com a OMPI, existem muitas causas para esse rápido aumento do patenteamento, incluindo alguns países e ramos da indústria específicos. Dentre eles, duas forças-chave se destacam: primeiro, a divisão do patenteamento mundial entre os chamados primeiros registros (novas invenções) e registros subsequentes (que são primeiros registros de novas invenções em países adicionais). Este último representa mais da metade do crescimento de registros nas últimas duas décadas, demonstrando que requerentes buscam, cada vez mais, proteger suas patentes no exterior em um número maior de países, em especial no escritório norte-americano, o USPTO.

Ao utilizarmos o patenteamento como indicador de inovação, é necessário, porém, distinguir entre (a) um pedido de patente que é depositado por um requerente em um determinado escritório nacional ou regional, e (b) um registro de patente que é concedido pelo escritório a um requerente, seja ele estrangeiro ou residente no mesmo país do escritório. A OMPI reúne informações sobre os pedidos de patentes depositados nos escritórios nacionais, regionais e no exterior, além do total de registros concedidos a residentes e estrangeiros por esses mesmos escritórios. Como nosso objetivo é avaliar a evolução do patenteamento como indicador de inovação nos BRICS em comparação às potências tradicionais, os pedidos e registros de patentes serão considerados aqui de acordo com a origem dos requerentes, de modo a indicar o desempenho inovador de seus respectivos países. Assim, registros concedidos, por exemplo, pelo Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) a empresas estrangeiras sem sede no Brasil não serão considerados indicadores de inovação deste país, apenas os depósitos e registros de seus residentes, seja no Brasil ou no exterior.

Embora os registros de patentes sejam indicadores de inovação mais precisos - pois nos permitem mensurar a quantidade de invenções que, em última

instância, foram consideradas inovadoras no contexto de um determinado território -, os pedidos de patentes também devem ser levados em consideração, pois ajudam a mensurar os esforços empreendidos no sentido de inovar em cada país, a cada ano. Assim, há pelo menos dois aspectos principais pelos quais os pedidos de patentes não devem ser menosprezados nas análises comparativas internacionais. O primeiro deles refere-se aos custos elevados que envolvem o processo de patenteamento em todo o mundo. Isso significa que, em geral, os requerentes buscam patentear o que de fato imaginam ser os resultados positivos de seus esforços em inovação, restringindo consideravelmente a quantidade de depósitos derivados de pesquisas aleatórias.

O segundo aspecto, e talvez mais importante para nossa análise, diz respeito ao backlog de cada escritório - isto é, ao período de tempo compreendido entre o depósito de uma solicitação e a concessão da patente (ou sua negação). No caso do Brasil, por exemplo, esse processo pode levar até dez anos para ser concluído. Guardadas as devidas proporções, problemas decorrentes do backlog ocorrem nos escritórios de patentes do mundo todo, incluindo o USPTO. Consequentemente, quando se busca analisar a participação relativa de cada país no cenário de patenteamento mundial num determinado ano, o foco exclusivo nos registros de patentes pode gerar grandes distorções. Por outro lado, a inclusão de dados referentes, não apenas aos registros obtidos, mas também aos pedidos de patentes depositados por esses mesmos países no ano em questão, pode ajudar a traçar um cenário mais preciso das participações desses países no quadro geral de patenteamento mundial.

Tendo em vista essas considerações metodológicas, apresentaremos a seguir a evolução da participação dos BRICS no total de pedidos e registros de patentes depositados/concedidos nos anos de 2000 e 2013, estabelecendo uma comparação com Estados Unidos, Japão, União Europeia e demais países, bem como entre os próprios BRICS. Em seguida, apresentaremos a participação dos BRICS no total de patentes concedidas pelo USPTO nesses mesmos anos.

Como ilustrado no [Gráfico 14](#), o ano 2000 apresenta uma forte participação do Japão, que depositou 490.776 pedidos de patentes, correspondentes a 37% do total mundial de depósitos em escritórios nacionais e no exterior. Este cenário também apresenta uma significativa representatividade da União Europeia - cujos depósitos realizados por residentes de seus países-membros

representaram, juntos, 25% do total mundial - e dos Estados Unidos, cuja participação atingiu 21% do total naquele ano. Dos 25% relativos à União Europeia, a Alemanha se destaca com 134.691 solicitações, seguida pelo Reino Unido e França, com 46.310 e 45.840 depósitos, respectivamente. No caso das solicitações oriundas dos países BRICS, estas representaram apenas 5% de todos os pedidos de patentes realizados em 2000, totalizando 58.737 solicitações.



No mesmo ano, os dados referentes à concessão de registros de patentes pelos escritórios nacionais e no exterior confirmam a tendência de concentração do patenteamento mundial por parte do Japão, Estados Unidos e União Europeia vis-à-vis os BRICS e o resto do

mundo. Foram mantidos os mesmos percentuais apresentados por esses países em relação ao total de depósitos, com exceção de uma variação de cinco pontos percentuais entre o Japão e os Estados Unidos, que obtiveram, respectivamente, 32% e 26% do total de patentes registradas naquele ano.

Entre os BRICS, os dados referentes a 2000 mostram um relativo equilíbrio entre os pedidos de patentes depositados por requerentes da China (45% do total) e da Rússia (41% do total) nos seus respectivos escritórios nacionais e no exterior ([Gráfico 15](#)). Em números absolutos, o total depositado por esses dois países foi de, respectivamente, 26.445 e 24.093 pedidos. As solicitações oriundas do Brasil e da Índia representaram 6% e 5% de todos os depósitos realizados por requerentes residentes nos BRICS, seguidos pela África do Sul (3%), que protocolou apenas 1.531 pedidos. Por outro lado, no que se refere aos registros de patentes, a Rússia se destaca em 2000, tendo concentrado 63% do total.

Conforme ilustra o [Gráfico 16](#), como seria de se esperar, os Estados Unidos se destacam como principal beneficiário entre os países que lograram registrar patentes pela USPTO, tendo sido contemplado com 55% das patentes concedidas por esse escritório em 2000. Diferentemente dos dados gerais disponibilizadas na OMPI, o USPTO apresenta um cenário de patenteamento menos equilibrado entre os Estados Unidos e as demais economias centrais. Contra os 55% referentes aos Estados Unidos, Japão e União Europeia obtiveram apenas 19% e 15% do total de patentes registradas no escritório

norte-americano em 2000. Ademais, a participação relativa dos países BRICS foi insignificante nesse âmbito, contabilizando meros 0,3% do total.

Entre os próprios BRICS, por outro lado, nota-se certo equilíbrio: a Rússia e a China lideram com 26% e 23% do total de registros concedidos aos BRICS, seguidas pela Índia, África do Sul e Brasil, que apresentam percentuais muito próximos: 18%, para 17% e 16%, respectivamente.

Mais de uma década depois, em 2013, o cenário mundial de patenteamento apresenta uma participação relativa mais equilibrada entre as potências centrais no que se refere tanto aos pedidos quanto aos registros de concessão de patentes. Os Estados Unidos passaram à frente do Japão e da União Europeia, com 501.162 pedidos de patentes depositadas (19%). Em seguida, os depósitos oriundos do Japão e da União Europeia representam, atualmente, 18% do total mundial, cada. Dos 18% referentes à União Europeia, a participação da Alemanha destaca-se novamente, com o maior número de solicitações em 2013 (184.493 depósitos), seguida pela França com 71.083 e pelo Reino Unido, com 51.300 pedidos no total. Entretanto, o grande destaque do cenário de patenteamento mundial hoje se refere ao aumento expressivo do total de pedidos depositados pelos BRICS, cuja participação registrou um aumento de vinte e cinco pontos percentuais em relação a 2000, passando de 5% para 30% em 2013. Em termos absolutos, os pedidos oriundos dos BRICS contabilizaram 798.130 depósitos, sendo a China o principal motor desse crescimento, como veremos a seguir.

A participação dos BRICS no total de patentes concedidas em 2013 também apresenta um aumento significativo de dez pontos percentuais em relação ao total registrado em 2000, tendo passado de 5% para 15% do total mundial de registros de patentes - que, todavia, permanece dominado pelo Japão, com 29%.

Como já mencionado, o desempenho recente dos BRICS no patenteamento mundial deve-se, especialmente, à China. Os dados mais recentes disponibilizados pela OMPI registram uma enorme discrepância entre este país e os demais BRICS: a China dominou 92% dos pedidos de patentes em 2013, perante 4% da Rússia, 3% da Índia, 1% do Brasil e menos de 1% da África do Sul. Embora o percentual chinês seja um pouco menor no que diz respeito ao total de patentes obtidas pelos BRICS em 2013, essa concentração também é verificada: a China obteve sozinha 83% desses registros, contra aproximadamente 13% da Rússia, 2% da Índia e 1% do Brasil e África do Sul.

No USPTO, os Estados Unidos ainda dominam os registros de patentes, os quais foram contemplados com quase a metade do total das patentes concedidas por esse escritório em 2013. Entretanto, se comparado aos dados de 2000, nota-se uma relativa queda no valor de seis pontos percentuais na sua participação, que foi de 49% em 2013, contra 55% em 2000. As posições do Japão e da União Europeia permaneceram praticamente inalteradas; entretanto, verifica-se diminuição de um ponto percentual em relação aos valores de 2000: em 2013, o Japão e a União Europeia obtiveram, respectivamente, 18% e 14% do total de patentes registradas pelo escritório norte-americano.



Embora a participação dos BRICS ainda seja bastante tímida no USPTO, observa-se um crescimento relativo de 0,3% em 2000 para 2% em 2013. Destes, a expressa maioria refere-se às patentes concedidas a requerentes da China - cujos registros passaram de 23% do total concedido aos

BRICS em 2000, para 66% em 2013 -, tendo superado a Rússia, que em 2000 obteve o maior número de patentes entre os demais BRICS. Além do crescimento expressivo da China de 43 pontos percentuais, a Índia também se destaca atualmente, tendo contabilizado, em 2013, um quarto do total de registros concedidos aos BRICS (25%). Atualmente, um maior equilíbrio é observado entre Rússia, Brasil e África do Sul, que lograram registrar, respectivamente, 4%, 3% e 2% do total dos BRICS em 2013.

Por meio dessa análise comparada dos dados disponibilizados pela OMPI, podemos concluir, portanto, que os escritórios nacionais foram mais receptivos à inovação local. Os BRICS demonstram um crescimento expressivo de sua participação nos depósitos mundiais, e um crescimento significativo também no que se refere aos registros. Essa tendência é verificada com menos força no escritório norte-americano, apesar de esse ainda ser considerado o principal órgão que garante a proteção da propriedade intelectual no mundo. Os dados do USPTO demonstram, assim, com maior clareza a desigualdade entre as potências tradicionais (e seu setor empresarial) e os países em desenvolvimento, de um modo geral. Visto que o registro no USPTO é custoso e de difícil acesso para empresas e instituições de pesquisa de fora dos Estados Unidos, especialmente as oriundas de países em desenvolvimento, os direitos de propriedade intelectual (e, com ele, o controle sobre novas tecnologias e

produtos industriais inovadores no mercado mundial) permanece "em mãos" dos países atualmente desenvolvidos. Reproduz-se, desse modo, a desigualdade no sistema internacional.

Verifica-se, contudo, que principalmente a China vem buscando romper esse desequilíbrio. Ela vem mostrando, ao longo dos últimos treze anos, um salto no registro de patentes, que reflete seu maior empenho no âmbito da inovação. Conforme mostra a [Tabela 3](#), em comparação com os países centrais, os dados disponibilizados pela OMPI indicam que a China já apresenta um volume de patentes requeridas e obtidas que, em 2013, ultrapassaram os totais contabilizados por algumas das mais importantes economias centrais, como a Alemanha, a França e o Reino Unido. Os dados do USPTO confirmam a posição da China entre os países que mais lograram registrar patentes no escritório norte-americano no ano de 2013, estando atualmente um pouco à frente da França e Reino Unido também nesse âmbito.

Segundo os dados mais recentes disponibilizados pelo escritório nacional de propriedade intelectual da China, o *State Intellectual Property Office (SIPO)*, 2.377.000 pedidos de patentes foram depositados no SIPO em 2013. Do total de pedidos de patentes de invenção, a maior parte foi depositada por atores domésticos, 85,5%, contra 14,5% protocolados por atores de fora do país. Entre estes, o Japão, os Estados Unidos e a Alemanha foram responsáveis pela maior parte dos depósitos estrangeiros no escritório chinês em 2013. No que toca aos pedidos de patentes de invenção domésticos, o setor industrial responde pela maior parcela, seguido por universidades e institutos de pesquisa científica: em 2013, as empresas contabilizaram 74,8% desse total, enquanto 17,1% e 6,5% foram depositadas, respectivamente, por universidades e institutos de pesquisa científica (outras instituições e organizações contabilizaram 1,6%) ([SIPO, 2013, p. 38-39](#)).

Os dados referentes aos registros de patentes concedidos pelo SIPO no ano de 2013 confirmam essas tendências: do total de patentes de invenção concedidas, a própria China foi a maior contemplada com 69,2% do total, contra 30,8% concedidos a requerentes estrangeiros. Entre as patentes de invenção concedidas no âmbito doméstico, 63% foram obtidas pelo setor empresarial, seguido por universidades (26%) e institutos de pesquisa científica (9,4%) (outras instituições e organizações contabilizaram, novamente, 1,6% do total) ([SIPO, 2013, p. 43](#)). É importante ressaltar, entretanto, que o volume expressivo de pedidos e registros de patentes de invenção na China pelo setor

industrial é resultado tanto da participação de empresas nacionais chinesas, quanto de centros de P&D de multinacionais instaladas no país.

Considerações Finais



Os dados aqui analisados nos permitem observar, em um marco geral, alguns dos determinantes de mudanças na ordem mundial. Vimos que os países que compõem os BRICS vêm se tornando novos polos econômicos

dinâmicos por meio do deslocamento de atividades industriais, investimento e riqueza dos países centrais para as zonas periféricas. Desde meados do século XX, no período pós-Segunda Guerra Mundial, observamos o crescimento do PIB/PPC dos países dos BRICS perante os Estados Unidos, a Europa Ocidental e o Japão, deteriorando somente parcialmente a posição de poder dessas potências tradicionais através do processo do desenvolvimento desigual. O salto de crescimento dos países BRICS foi acompanhado pelo salto, mais lento e gradual, da produção científica nesses países. Constatamos que houve um aumento da participação de pesquisadores desses países com artigos e trabalhos em publicações internacionais indexadas. Acrescentado a isso, mostramos aqui um relativo aumento, ainda mais lento, do investimento desses países em P&D e o aumento significativo de sua participação no patenteamento mundial.

Esses dados agregados nos mostram "três tempos" do desenvolvimento desigual. No que se refere ao dinamismo econômico e ao deslocamento de atividades industriais e investimentos para os BRICS, as mudanças se dão em tempo mais acelerado, resultando no rápido e significativo crescimento do PIB/PPC desses países nas últimas décadas. A capacidade dos BRICS de produção científica, exemplificada nos dados sobre o aumento da participação desses países em publicações científicas indexadas, acompanha, em alguma medida, seu crescimento, porém em um ritmo mais lento. Já os pedidos e registros de patentes, como indicadores de inovação, nos mostram que a

desigualdade entre os BRICS e as potências tradicionais ainda é acentuada, e não acompanha o tempo acelerado de seu crescimento econômico.

Aparentemente, a China vem conseguindo incorporar a inovação como pilar de seu crescimento econômico, ao observarmos seu aumento considerável em relação ao total de pedidos e registros de patentes no mundo, já tendo superado importantes países centrais, como a França e o Reino Unido.

Atentamos, assim, para a necessidade dos BRICS de incorporar a pesquisa, desenvolvimento e inovação em seu crescimento econômico, se quiserem torná-lo qualitativo e sustentado no longo prazo, com impactos sobre as posições de poder desses países na ordem mundial.

Luis Fernandes, membro do Comitê Central do PCdoB, professor de Relações Internacionais da PUC-RJ



Sou muito grata por estar aqui hoje neste lugar, nesta posição de alguém que pode dar uma contribuição para a análise do PCdoB sobre a América Latina. Desde que ingressei, ainda na juventude, nas fileiras do PCdoB os temas internacionais têm sido os que mais me cativam. E foi pelas mãos da UJS que encontrei o internacionalismo. Apesar de ter nascido no centro do internacionalismo proletário do século XX, que foi a União

Soviética, e ter vivido em uma casa em que os nomes de históricos comunistas como Cunhal (1), Corvalán, Arismendi, Fidel, Oscar Niemeyer, Gregório Bezerra, Olga Benário faziam parte dos assuntos corriqueiros, foi em um Festival da Juventude e dos Estudantes em Havana, no ano de 1997, que fui ganha para o internacionalismo. Lembro-me como se fosse hoje do Congresso da UJS de Ouro Preto no ano 2000, em que o então responsável pelas Relações Internacionais da UJS, Ronaldo Carmona, me apresentou uma lista de siglas das juventudes e partidos com os quais nos relacionávamos e eu apreensiva me perguntava se algum dia conheceria todas aquelas letrinhas e seus significados. Desde lá, dediquei não só minha militância na UJS e no PCdoB, como também meus estudos acadêmicos, tendo direcionado minha graduação, meu mestrado e meu doutorado ao estudo das contra hegemonias e à capacidade dos movimentos e organizações de fazerem frente à globalização neoliberal.

Digo isso, pois esses encontros nacionais sobre nossa política internacional também são momentos importantes de formação. Momentos de reencontro com nosso internacionalismo, com nossa capacidade de se indignar frente a qualquer injustiça cometida no mundo, como dizia Che.

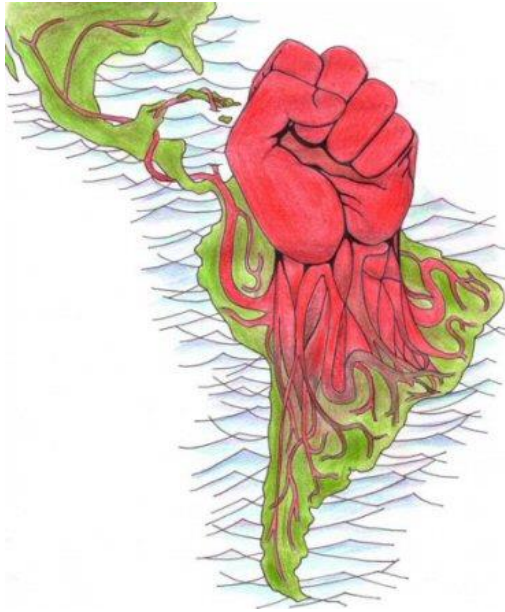
As relações internacionais talvez sejam das mais humanistas das experiências políticas, pois recuperam aquilo que é a essência da solidariedade humana, não há fronteiras para a humanidade, antes de sermos nacionais, somos seres humanos habitando este planeta e temos vínculos que fronteira nenhuma seria capaz de interromper. Ao mesmo tempo, e aí está a beleza das relações

internacionais, é nesse terreno que identificamos e valorizamos nossas diferentes lutas, nossos heróis particulares, nossas trajetórias, sem que seja possível hierarquizar as lutas dos povos, é tão justa a luta do povo saharauí por autodeterminação como é justa a luta dos centro-americanos contra o muro de Trump, ou de Greta e outras adolescentes contra os efeitos do câmbio climático na Europa.

As relações internacionais dos partidos e movimentos se fazem com muito contato humano, olho no olho, intensas atividades de solidariedade internacional. Põem à prova nossa capacidade de se colocar no lugar do outro, não hierarquizar processos. Tão importante quanto os estudos e o aprofundamento das análises, são muito importantes as iniciativas concretas de cooperação e intercâmbio, e a produção coletiva.

Dito isso, se tomarmos o 11 de setembro de 2001 como ponto de referência para uma análise sobre a América Latina vamos encontrar um continente arrasado por grandes crises econômicas nos anos 80 e arrasado pelo neoliberalismo traduzido no Consenso de Washington levado a cabo nos anos 90. Vemos também um continente em que as forças progressistas se reorganizam e se levantam. Organizam grandiosos Fóruns Sociais Mundiais e começam a ganhar postos importantes na direção dos Estados nacionais.

Foi nesta esteira, de uma época de cambios que quis se transformar em um cambio de época, que surgiram os governos de Chávez, na Venezuela, Lula, no Brasil, Lugo no Paraguai, Tabaré Vázquez, no Uruguai, Nestor Kirchner, na Argentina, Evo Morales, na Bolívia, Rafael Correa, no Equador, retorno de Ortega, na Nicarágua, Funes e Sanchez Ceren, em El Salvador, Bachelet, no Chile. A pequena e revolucionária ilha de Cuba ficou menos solitária no ambiente político latino-americano de então. O Foro de São Paulo, inicialmente criado para organizar a resistência ao neoliberalismo e impulsionar as iniciativas alternativas passou a ser uma grande plataforma de troca de experiências sobre novos governos que se estruturavam com uma forte pauta desenvolvimentista, de redistribuição de renda e justiça social e, sobretudo, integradora do povo latino-americano. Foram anos de ouro para os progressistas latino-americanos que perduraram até 2015, quando a primeira experiência foi derrotada nas urnas na Argentina, sem esquecer os anteriores golpes ocorridos no Paraguai, com a derrubada de Lugo e em Honduras, com a derrubada de Zelaya, e a tentativa de derrubada de Chávez, na Venezuela, em 2003.



Quiçá nossa região tenha se beneficiado da total dedicação do imperialismo norte-americano em perseguir seus adversários islâmicos no Afeganistão e no Iraque pós-11 de setembro, o que promoveu uma relativa trégua de seus ataques ao "seu hemisfério" como se referiu recentemente John Bolton dos jardins da Casa Branca, ao exortar a pretensa interferência russa na defesa da soberania venezuelana. De fato, por pelo menos 10 anos, de 2001 a 2011, a América Latina foi terreno fértil para o florescimento de experiências de governos críticas ao

neoliberalismo e decorrentes de profundos processos populares de formação de uma agenda de democratização e promoção da justiça social. A década de ouro fez muitos pensarem que realmente estávamos em um cambio de época e não em uma época de cambios. No entanto, houve também muitos erros e percalços nestas experiências e a reação veio forte. Passou a ser observada uma série de fenômenos de ataques às democracias nacionais, como os já mencionados golpes em Honduras e no Paraguai, e, na sequência, a instrumentalização de organizações da sociedade civil para a promoção de movimentos de desestabilização como as jornadas de junho de 2013 no Brasil ou as "guarimbas" na Venezuela em 2014.

Se fizermos um retrospecto destes últimos anos, teremos em 2015 a eleição de Macri na Argentina e Trump nos EUA, em 2016, a derrubada de Dilma no Brasil e o governo de Temer, em 2017, vitória de Lenin Moreno no Equador que logo após eleito dá um golpe interno no partido Alianza País e na população que o identificava como um continuador de Rafael Correa. Em 2017 também foi eleito Mario Abdo no Paraguai, vinculado o ditador Stroessner e amigo de Eduardo Bolsonaro no Brasil, em 2018 ocorrem as jornadas de abril na Nicarágua, a vitória de Bukele em El Salvador, derrubando a expectativa de reeleição da FMLN, e Bolsonaro no Brasil. Em 2019 pode ou não haver um reequilíbrio destes cenário, a depender dos resultados eleitorais no Uruguai, na Bolívia e na Argentina, todos com eleições em outubro próximo. Passamos do protagonismo à resistência e hoje lutamos para reeleger um governo da Frente Amplio no Uruguai e do MAS na Bolívia, assim como das forças kirchneristas e progressistas da Argentina.

Reunimo-nos no mesmo momento em que está reunido o Grupo de Lima no Peru. Foram rápidos os ataques aos câmbios que promovemos, como a destruição da Unasul, o congelamento da CELAC, o reaparelhamento da OEA e sua re-instrumentalização para legitimar golpes, o esvaziamento da participação social no âmbito do Mercosul, a imobilização de experiências de integração em saúde e educação, como a UNILA ou o programa Mais Médicos no Brasil. O esvaziamento de espaços legislativos comuns como o Parlatino e o Parlasul. A paralisação de grandes obras e programas de integração logística e de infraestrutura no âmbito da IIRSA.

O governo Bolsonaro, principalmente via seu filho, Eduardo Bolsonaro, já chegou ao poder anunciando quem eram seus amigos internacionais. Ainda em campanha e pouco após a eleição, não esconderam a intimidade com Marito Abdo do Paraguai, Mateo Salvini da Itália, Viktor Orban da Hungria, Bibi Netanyahu de Israel, Steve Bannon dos EUA, a ultradireita chilena e outros. Eles têm se esforçado sobremaneira para serem os melhores amigos de Trump nos EUA. Também não esconderam a perseguição a Cuba, Venezuela e Nicarágua, ao Povo Palestino, o descaso com o Mercosul e com a China. São capazes de evocar os nomes de grandes ditadores, como fizeram em um evento na Itaipu binacional e tentar recontar a história em uma perspectiva de valorização das ditaduras latino-americanas no expurgo da ameaça comunista na região nos anos 60 e 70. Paradoxalmente, são hoje os militares a principal força nacional de contenção dos arroubos xenófobos, autoritários, intervencionistas, inconsequentes e irresponsáveis dos Bolsonaro.

Houve no último período também uma renovação dos ataques a Cuba. Desde a saída de Obama da presidência dos EUA e a chegada de Trump, houve uma substancial mudança na política em relação a Cuba, sendo a última ofensiva a ativação do capítulo três da Lei Helms-Burton de 1996. Segundo esse dispositivo, da lei americana, nunca colocado em funcionamento, todos aqueles que tiveram propriedades em Cuba no período pré-revolucionário, antes de 1959 portanto, podem tentar reavê-los através de processos constituídos na justiça americana. É bom que se saiba que todas as propriedades e porções de terra nacionalizadas pela revolução cubana foram reparadas e negociadas com seus anteriores proprietários, sendo que os norte-americanos foram sempre os únicos a não aceitarem as negociações. A judicialização dessas propriedades pode gerar incontáveis e intermináveis processos na justiça americana e prejudicar sobremaneira a já fragilizada economia cubana.



Há exatos 200 anos, no congresso de Angostura, se consolidava a Grã-Colômbia com os territórios dos hoje Colômbia, Venezuela, Equador, Panamá e o Esequibo, que é venezuelano. O bicentenário será

celebrado em meio a uma tentativa incansável de colocar venezuelanos contra colombianos, irmãos contra irmãos. Este é o contexto em que ocorre uma verdadeira guerra contra a Venezuela. Uma guerra que possui elementos políticos, econômicos, sociais e potencialmente militares. EUA e suas forças aliadas, consolidadas no Grupo de Lima, decidiram que em 2019 Maduro já não governaria. Tentam desde o dia 23 de janeiro a derrubada do governo, no entanto sem sucesso e com uma sequência de fracassos golpistas. Tanto em 23 de janeiro, quando o autoproclamado Guaidó subiu em um banquinho em praça pública e se auto intitulou presidente da Venezuela, ou no 23 de fevereiro em que armaram um show para a entrada de "ajuda humanitária" pelas fronteiras enquanto sancionam e bloqueiam economicamente o país ao qual destinam ajuda humanitária, ao 30 de abril que ultrapassou todos os limites do razoável e da manipulação midiática na tentativa de dar como fato consumado a queda de Maduro. Até um avião pra Cuba a ser tripulado por Maduro arranjaram. Não decolou por convencimento dos russos, segundo Pompeo. Por falar em russos e também dos chineses, os americanos já se apressaram em acusar o intervencionismo das duas potências em "seu hemisfério" como disse Bolton. E a Venezuela pouco a pouco se torna palco de uma grande disputa entre potências mundiais, tendo de um lado Rússia, China, Irã, Turquia, África do Sul/outros e do lado norte-americano o Grupo de Lima e seus parceiros Europeus. O dado concreto, levantado por um *Think Tank* americano, o *Center for Economic and Policy Research*, é que a maioria das sanções impostas à Venezuela não caíram sobre o governo, mas sobre a população civil, mais severas do que as sanções de 2017 foram as de 28 de janeiro de 2019, com uma estimativa de mais de 40 mil mortes entre 2017 e 2018 e que essas sanções se inserem na definição de punição coletiva da população civil, conforme as convenções internacionais de Genebra e Haia.

Neste cenário, em 2020 o Foro de São Paulo completará 30 anos de existência. Tendo percorrido os anos 90, quando coordenou ações e houve intercâmbio de experiências de tentativa de chegada ao poder nos Estados nacionais, a primeira década do milênio, em que esta chegada ao poder se concretizou e

esta década que agora encerramos, ao fazermos as avaliações sobre os resultados destas experiências. Embora tenhamos tido outras experiências continentais de encontros de partidos latino-americanos como o ELAP, realizado no Equador, nenhum outro fórum superou o Foro de São Paulo em sua capacidade de convocatória, construção de consenso e apontamento das principais lutas da região. Há internamente muito a se fazer no sentido de rearticular e reorganizar o Foro no contexto de um novo cenário em que avança a ultradireita, o fascismo e o reacionarismo no continente.

No último período o foro se dedicou à consolidação do Consenso de *Nuestra America*, que invoca as seguintes palavras de José Martí e que é preciso recuperar:

"A um plano obedece o nosso inimigo: enganar-nos, dispersar-nos, dividir-nos, afogar-nos. Por isso, nós obedecemos a outro plano: ensinar a nós mesmos com todo o vigor, apertar-nos, juntar-nos, desbaratá-los, finalmente fazer a nossa pátria livre. Plano contra plano".

Ana Prestes, membro da Comissão Política do Comitê Central do PCdoB e integrante da Executiva da Comissão de Política e Relações Internacionais

Encontro Internacional de Partidos Comunistas e Operários (EIPCO), Importância, Dilemas e Contradições

74



Camaradas, como vocês sabem, uma das mais relevantes intervenções internacionais do PCdoB acontece no âmbito do Encontro Internacional de Partidos Comunistas e Operários (EIPCO).

O PCdoB tem destacada participação, fazendo parte do Grupo de Trabalho desta importante articulação. Do 19º EIPCO, na Rússia, em 2017, participaram 103 organizações e em 2018, na Grécia, 90.

Neste ano de 2019 o EIPCO acontecerá na Turquia e em 2020 existem dois partidos candidatos a sediar o Encontro: o Partido Comunista Francês e o Partido do Trabalho da Coreia.

O EIPCO surgiu de uma iniciativa do PC da Grécia e o primeiro encontro foi realizado em 1998. O objetivo era conseguir o reagrupamento do Movimento Comunista Internacional, fortemente atingido pelo fim da URSS e do campo socialista no Leste da Europa, reafirmando a identidade e os valores do socialismo/comunismo.

Indubitavelmente o EIPCO tem este grande mérito: sem pretender ser uma nova internacional, tornou-se um valioso espaço de coordenação e troca de informações entre os Partidos Comunistas e Operários.

Ao contrário do que uma visão desinformada pode expressar, o EIPCO reúne partidos com grande influência política. Participam do encontro todos os partidos comunistas no poder, Partido Comunista da China, Partido Comunista do Vietnã, Partido Comunista de Cuba, Partido do Trabalho da Coreia, Partido Popular Revolucionário do Laos, sendo que apenas este último não faz parte do Grupo de Trabalho do Encontro.

O Partido Comunista do Nepal, que está no governo em seu país, também é membro do EIPCO. Pelo menos outras 23 organizações têm influência eleitoral e/ou política em seus respectivos países.

Um caso que chama a atenção é o do Partido do Trabalho da Bélgica, partido comunista fundador do EIPCO, organização política que mais cresce eleitoralmente naquele país.

De 1998 até 2005, todos os encontros ocorreram em Atenas, passando depois disto a acontecer um rodízio entre países e continentes. O 10º EIPCO, em 2008, com se recordam os camaradas, ocorreu no Brasil, em São Paulo, tendo como partido anfitrião o PCdoB, no que foi um grande momento para a afirmação da autoridade política do nosso partido. Estiveram no Brasil 65 organizações comunistas de 55 países.

No entanto, aos poucos foram sendo explicitadas divergências que no 15º EIPCO, realizado em Lisboa sobre os auspícios do Partido Comunista Português, ficaram explícitas ao não se conseguir formular uma declaração final.

Estes são os principais pontos de divergência:

Conceito de Imperialismo – O Brasil, por exemplo, para alguns partidos do EIPCO, é um país imperialista.

Causa e Natureza da Crise Capitalista – Alguns partidos consideram que a chamada financeirização da economia *“esconde a essência da crise capitalista. Remete para o chamado ‘capitalismo de casino’ e leva à busca de um capitalismo ‘saudável’, ‘produtivo’.”*

Política de Alianças – Não se deve fazer alianças com setores burgueses pretensamente *“antimonopolistas”*.

Inexistência de Modelos – Para alguns partidos do EIPCO, o uso da questão nacional e da diversidade dos caminhos para o socialismo esconde na verdade *“a revisão da nossa teoria e a justificação do afastamento dos princípios comunistas.”*

Em junho de 2017 um episódio revelou que as divergências no seio do EIPCO estavam se agudizando. Foi por ocasião de uma reunião do Grupo de Trabalho em Moscou, que debateu a candidatura do Partido Comunista da China ao GT.

Eu estava presente, representando o PCdoB. Houve quem sustentasse o veto à entrada do PCCh, embasado pela opinião de que este partido teria

abandonado o comunismo e a China, abandonado o socialismo. O debate foi acalorado. O PCdoB, o PC cubano, o PC português e diversos outros PCs saíram em defesa da China e ao final o PCCh entrou para o GT do EIPCO. Ressalte-se que o chefe da delegação do PCCh respondeu de forma brilhante às críticas, fazendo uma hábil e firme defesa do socialismo com características chinesas.



Plenária de abertura do 20º EIPCO, em 2018

Em agosto de 2018, dois partidos membros do EIPCO, um deles integrante do GT, firmaram uma declaração onde finalmente desenvolvem por completo aquelas divergências que já tinham sido apontadas em Lisboa, em 2015. Embora a declaração

seja pública, não nomearemos os dois partidos signatários, com os quais mantemos respeitosa relações bilaterais. Destaco apenas alguns pontos importantes deste documento:

Os conflitos da China e da Rússia com os EUA são interimperialistas e a China é uma potência capitalista:

“Os acontecimentos nos dois continentes e a nível internacional caracterizam-se pela intensificação das contradições interimperialistas, dos antagonismos entre E.U.A., a UE, China, Rússia e outras potências capitalistas”.

É preciso um centro revolucionário que coordene a luta revolucionária em escala internacional:

“lutamos pelo reagrupamento do movimento operário a nível nacional, regional e internacional. Pelo fortalecimento do Movimento Comunista Internacional, pela unidade e coordenação da luta”.

*“Ao mesmo tempo é preciso que se inicie um debate essencial entre os partidos comunistas para que se superem posições que foram dominantes no movimento comunista internacional nas últimas décadas com relação a ‘etapas intermédias’ entre o sistema explorador e o socialismo, e de gestão do capitalismo a favor do povo, para a elaboração de uma **estratégia revolucionária única**. (grifo nosso)”*

Os partidos signatários consideram que as experiências progressistas da América Latina estiveram a serviço do capital e repudiam alianças lideradas pela socialdemocracia bem como o conceito de “Socialismo do século XXI”.

*“recusamos qualquer apoio ou tolerância a governos de gestão burguesa. A experiência recente tanto na Europa como na América Latina confirma o papel antipopular da socialdemocracia, velha e nova, revela que **a política dos chamados governos ‘de esquerda e progressistas’ foi um veículo para a promoção da rentabilidade dos monopólios, a preparação e implementação de duras medidas antipopulares e a perpetuação da exploração do homem pelo homem (grifo nosso).**”*

“Os dois partidos lutam contra o chamado socialismo ‘do século XXI’ que não tem nada a ver com os princípios do socialismo; é uma versão da gestão burguesa que causou danos ao movimento operário e leva-o ao seu desmantelamento.”

O documento não só não valoriza espaços como o Foro de São Paulo como ainda os consideram adversários que devem ser derrotados, pois estariam a serviço da socialdemocracia e do oportunismo.

“Os nossos partidos estão a confrontar decisivamente a social democracia e o oportunismo, os centros internacionais e regionais com os quais se coordenam e colaboram, como o Partido da Esquerda Europeia e o Foro de São Paulo.”

Os dois partidos condenam também as etapas de transição na construção do Socialismo:

“a estratégia das chamadas ‘etapas de transição’ (...) são um beco sem saída. A aproximação de amplas massas operárias e populares imaturas não se faz através do esquema de uma etapa de transição alternativa senão através de uma linha de luta anti-monopolista-anti-capitalista consequente através do poder operário e do socialismo-comunismo”.

Também tecem duras críticas aos partidos comunistas no poder:

“Os dois partidos tiram lições da contrarrevolução, a restauração capitalista e suas dolorosas consequências para os povos, da erosão dos partidos comunistas no poder pelo oportunismo, do retrocesso catastrófico das relações de produção socialistas e da expansão das relações mercantis, da violação das leis científicas da revolução e da construção socialista em nome das chamadas particularidades nacionais.”

Mas, ao mesmo tempo:

“defendem a Revolução Cubana e suas conquistas, expressam sua solidariedade com o povo cubano contra o bloqueio econômico dos E.U.A. e as diversas intervenções das forças do imperialismo nos assuntos internos de Cuba. Os dois partidos expressam sua solidariedade com a luta dos povos da Venezuela e da Colômbia”.

O PCdoB está bem posicionado para travar este debate. É um partido cujas formulações são muito respeitadas.

Outro aspecto que julgo importante salientar é que mesmo com todos os problemas, o EIPCO é um espaço muito valioso e que deve contar com os nossos esforços para evitar o aprofundamento dessas contradições.

Na recente crise que culminou com o impeachment da presidenta Dilma e a prisão de Lula, desde o início da ofensiva conservadora em nosso país, os partidos comunistas do EIPCO, armados do mais avançado instrumental teórico para análise e intervenção na realidade concreta, o marxismo-leninismo, primeiro compreenderam o que estava em jogo e fizeram intensa denúncia do golpe contra a democracia brasileira.

Mais tarde outras forças da esquerda mundial entenderam o que acontecia de fato e se juntaram à denúncia do golpe, o que saudamos, mas é forçoso registrar que foram os partidos comunistas do EIPCO que formaram a vanguarda da solidariedade ao povo brasileiro, mostrando que o movimento comunista segue sendo, como dizia Lênin, a “A inteligência, a honra e a consciência de nossa época”.

Wevergton Brito Lima, membro da Executiva da Comissão de Política e Relações Internacionais, secretário-geral do Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz (Cebrapaz)

A política externa do governo Bolsonaro

Apontamentos iniciais



A polarização que pautou a eleição de 2018, realizada num cenário de múltiplas crises, impediu um efetivo debate sobre as saídas para o Brasil. A união em

torno do candidato Bolsonaro foi a única alternativa eleitoral que as elites do país encontraram para derrotar o projeto democrático. Ancorada apenas no antipetismo, a coesão política vitoriosa se deu sem qualquer construção programática, criando completa instabilidade na condução do governo.

Pelo papel geopolítico que o Brasil desempenhou, sobretudo nas últimas décadas, a viragem que ocorreu com o resultado das eleições presidenciais provocou grande inquietação na comunidade internacional. E esta inquietação foi ainda maior pelas primeiras movimentações do governo, marcadas pela improvisação e desarticulação das próprias forças que o apoiaram.

Importante registrar que, em geral há uma subestimação do papel da política externa brasileira no debate sobre o projeto nacional de desenvolvimento. Isto se refletiu na campanha eleitoral. Nos programas dos 13 candidatos que se apresentaram à sucessão presidencial, apenas dois abordaram o tema, situando os desafios em curso nessa área, o de Fernando Haddad e Manuela D'Ávila e o de Ciro Gomes. Alguns candidatos sequer citaram o tema. E, em sua maioria, a abordagem, quando existiu, se restringiu à ampliação da abertura comercial.

O candidato que saiu das urnas, no entanto, usou o tema para dar conteúdo ideológico à política externa do ciclo dos governos progressistas. No programa de governo registrado no Tribunal Superior Eleitoral, o candidato do PSL citou o Foro de São Paulo como data de referência do crescimento da violência e colocou no seu programa: “Deixaremos de louvar ditaduras assassinas e desprezar ou mesmo atacar democracias importantes como EUA, Israel e Itália. Não mais faremos acordos comerciais espúrios ou entregaremos o patrimônio do Povo brasileiro para ditadores internacionais”.

A única proposta de política externa constante do texto é a abertura comercial, na sua forma mais escancarada: “redução de muitas alíquotas de importação e das barreiras não-tarifárias, em paralelo com a constituição de novos acordos bilaterais internacionais”.

Articulação para o Itamaraty

É de se destacar que a articulação do nome que iria conduzir a política externa brasileira se deu com base no núcleo em torno do chamado guru do presidente, o astrólogo Olavo de Carvalho, que vive nos Estados Unidos, e os amigos da família Bolsonaro.

Pelas movimentações tornadas públicas, as lideranças dos dois setores que têm íntima vinculação com a política externa do país e que apoiaram Bolsonaro desde o primeiro momento – os militares e o agronegócio – estiveram distantes das articulações.

Os gestos iniciais do Chanceler Ernesto Araújo, incluindo aí seu discurso de posse, assustou o mundo político e diplomático e tornou clara a nova tendência que assumiria a diplomacia nacional, de completa ruptura com a sua história.

Pelos movimentos realizados nesses primeiros 100 dias de governo, torna-se nítido o núcleo que orienta a construção da política externa brasileira. Esse núcleo é constituído pelo Ministro Ernesto Araújo, pelo Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, Eduardo Bolsonaro, filho do Presidente, e pelo Assessor Especial da Presidência, Filipe Martins, analista político que ocupou, no ano passado, o cargo de Secretário de Assuntos Internacionais do PSL.

Os três formuladores e articuladores da política externa do Brasil, de atuação permanente, têm em comum a plena identidade com as ideias do famoso astrólogo de extrema direita, Olavo de Carvalho, e verdadeira adoração pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e sua agressiva política de intromissão no continente.

Organizam as atividades do setor com total desfaçatez. Na madrugada do dia 30 de abril, em que os Estados Unidos, através de pronunciamento antecipado do presidente da Assembleia Nacional da Venezuela, Juan Guaidó, tentaram um golpe contra o presidente legítimo, Nicolás Maduro, o Deputado Eduardo Bolsonaro já se encontrava na fronteira do Brasil com aquele país, em

Pacaraima, Roraima, declarando que “esperava boas notícias”. E o Chanceler Ernesto Araújo, três dias antes do golpe fazia sua terceira viagem à capital dos Estados Unidos, em apenas quatro meses de governo. Araújo se reuniu com John Bolton, assessor de Segurança Nacional, e Mike Pompeo, secretário de Estado. E foi responsável pelo “mico” do governo Bolsonaro que apostou no êxito da empreitada.

Este núcleo, que na prática tem-se constituído no principal executor da política externa brasileira, é também integrante da articulação da extrema direita no mundo, buscando proximidade com seus representantes em diferentes continentes.



Durante a campanha eleitoral de 2018, os apoiadores do candidato Jair Bolsonaro tentaram realizar a Cúpula Conservadora das Américas. Por problemas jurídicos, decidiram adiá-la e a Cúpula acabou sendo realizada em Foz do Iguaçu (PR), em 08 de dezembro daquele ano, ou seja, depois do resultado do pleito. O

encontro teve como desfecho o lançamento de um documento, chamado pelos participantes de “Carta de Foz” e contou com as presenças, entre outras, de Olavo de Carvalho, e do atual Ministro da Educação, Abraham Weintraub. Ressalte-se, ainda, que a Cúpula teve como um dos principais propagadores, o Deputado Eduardo Bolsonaro, o filho.

Discurso de Araújo revela alinhamento diplomático

Em um momento de reconfiguração da disputa pela hegemonia no mundo, o resultado das eleições no Brasil atraiu a atenção dos mais diferentes setores, em especial do corpo diplomático acreditado no país. Antes mesmo de assumir o comando do Ministério, o chanceler Ernesto Araújo deu um sinal eloquente da sua ruptura com a cuidadosa diplomacia brasileira, tornando público o “desconvite”, para a posse do presidente eleito, aos governos da Venezuela, de Cuba e da Nicarágua.

A posse do novo Chanceler Ernesto Araújo, nomeado pelo presidente, foi a oportunidade de a sociedade tentar entender quais objetivos o novo governo se propõe a alcançar através de sua política externa. É da tradição que o

discurso do Chanceler expresse as metas e objetivos da ação diplomática do governo.

Espantosamente, nas 4.827 palavras pronunciadas durante meia hora pouco se ouviu sobre a agenda diplomática que o país terá de enfrentar como os acordos comerciais em curso, a integração regional, a cooperação tecnológica, as parcerias na área de defesa, a cooperação humanitária, as responsabilidades ambientais de um detentor da maior floresta tropical do planeta.

O chanceler fez uma série de formulações abstratas sobre a situação no mundo e explícitas juras de admiração a países governados pela extrema direita. “Somos um país universalista, é certo, e a partir desse universalismo queremos construir algo bom e produtivo”, declarou no meio do seu discurso. “Nós buscaremos as parcerias e as alianças que nos permitam chegar onde queremos, não pediremos permissão à ordem global”.

E tornou claro com quem seriam essas parcerias. “Quem ama luta pelo que ama. Então nós admiramos aqueles que lutam pela sua pátria (...) admiramos, por exemplo Israel, que nunca deixou de ser uma nação (...) admiramos os Estados Unidos da América, aqueles que hasteiam sua bandeira e cultuam seus heróis. Admiramos os países latino-americanos que se libertaram dos regimes do Foro de São Paulo (...) Por isso admiramos a nova Itália, por isso admiramos a Hungria e a Polônia, admiramos aqueles que se afirmam e não aqueles que se negam”.

Registre-se que isso foi dito em meio a um discurso em que a terceira frase foi falada em grego (“conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”) e a última em tupi (“Anuê Jaci” - Ave Maria). Foram também citados Tarcísio Meira, Glória Menezes, Dom Sebastião, Marcel Proust, Clarice Lispector, Raul Seixas, Fernando Pessoa, Dom Quixote de Cervantes, a batalha de Salamina e a abertura do Evangelho de São João.

O Embaixador Ernesto Araújo, no entanto, não é um neófito na casa de Rio Branco. Mas nem sempre expressou essa fúria contra a política externa de governos progressistas. Em longa e consistente matéria denominada “O Chanceler do Regresso”, feita por Consuelo Dieguez, a revista Piauí, de abril, desvenda a teia diplomática da trajetória de Araújo. Lembra que, em 2008, a tese que defendeu para se qualificar a embaixador, no Curso dos Altos Estudos do Itamaraty, foi sobre o “Mercosul: negociações extrarregionais”, e estava

alinhada com o pensamento do governo de então. A revista registra ainda que foi em 2015, quando ocupava a subchefia do gabinete do chanceler Mauro Vieira, diante das mobilizações pelo impeachment “decidiu, então se juntar aos manifestantes”.

A reportagem também revela que a aproximação de Araújo com o guru do Presidente Bolsonaro, Olavo de Carvalho, se desencadeia a partir da publicação de seu artigo “Trump e o Ocidente”, no início de 2018, onde o hoje chanceler expõe sua visão sobre “o presidente americano como salvador da civilização ocidental”.

Bolsonaro destrói a diplomacia de Rio Branco



O primeiro sinal de debilidade da relação da comunidade internacional frente ao novo governo eleito se expressou na reduzida presença de representantes estrangeiros na posse do presidente, a menor em 29 anos. Compareceram 46 delegações,

entre eles 12 chefes de Estado ou de governo. Para se ter uma noção do que esses números significam politicamente é bom lembrar que a presidente Dilma Rousseff, em seu primeiro mandato contou com a presença de 21 chefes de Estado ou de governo, entre os 130 representantes de países, incluindo no mesmo espaço adversários diplomáticos como Hugo Chaves, da Venezuela e a então Secretária de Estado Americano, Hillary Clinton.

Se Bolsonaro, em várias áreas de governo não tinha nem conhecimento nem clareza sobre o que fazer, no caso da política externa, assumiu desde a campanha, um alinhamento submisso e automático com o governo Trump e uma busca acelerada de articulação com as forças de ultradireita emergentes no mundo, particularmente com Israel. Esta foi sempre sua posição enquanto membro da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

É bom lembrar que o gesto de prestar continência à bandeira americana, não foi uma "mera cortesia" de alguém que não estava acostumado com os ritos do cargo. A inclinação corporal diante do símbolo de poder de outro país é resultante de sua completa convicção.

Na compreensão da equipe do governo Bolsonaro, essa adesão plena ao governo Trump já teria trazido ganhos. O apoio do presidente americano à entrada do Brasil na OCDE, o Acordo de Salvaguarda para uso da Base de Alcântara e descontos na compra de armas para as Forças Armadas seriam ganhos imediatos.

Esta é uma avaliação de quem não compreende que os entendimentos na esfera internacional são resultantes de uma política mais permanente que assegura aos parceiros a estabilidade que o governo Bolsonaro não oferece. O mundo diplomático sabe que se houver uma viragem política nas próximas eleições presidenciais norte-americanas, o Brasil estará em maus lençóis.

A adesão plena à agenda de Trump, nesses primeiros meses de governo não se limitou a apoiar e articular a agressão à Venezuela, a ameaçar sair do Acordo de Paris e prometer transferir a embaixada do Brasil para Jerusalém.

Para obedecer ao presidente americano, o governo brasileiro vai se metendo em regiões de conflitos que nada têm com os interesses do país. Segundo a matéria da revista Piauí, já citada, no início de fevereiro, o chanceler Ernesto Araújo participou, em Varsóvia, da Conferência Ministerial para Promoção de um Futuro de Paz e Segurança no Oriente Médio. No evento organizado pelo governo americano com apoio do governo polonês, o Brasil era o único representante da América Latina.

Em que pesem as diferentes ênfases na ação diplomática dos governos que passaram pela história do país, com seus mais diversos sistemas políticos, alguns princípios sempre foram mantidos: Uma diplomacia independente, não intervencionista, que busca soluções negociadas, que resolveu há muito tempo seus problemas territoriais e por isso tem uma boa convivência com os vizinhos.

É contra esse acúmulo de experiência histórica da diplomacia brasileira que o presidente Bolsonaro quer agir. Desconstruir uma longa construção diplomática que fez o Brasil ser respeitado em todos os quadrantes do mundo.

Rubens Ricúpero, em seu livro *A Diplomacia e a Construção da Nação* faz uma belíssima síntese do que seria a concepção central que orienta a diplomacia brasileira nascida nos braços do Barão do Rio Branco: "...edificou-se aos poucos uma ideia de país satisfeito com seu status territorial, em paz com os vizinhos, confiante no Direito, nas soluções negociadas, empenhado em ver-se

reconhecido como força construtiva de moderação e equilíbrio a serviço da criação de um sistema internacional mais democrático e igualitário, mais equilibrado e pacífico”.

Desafios políticos e parlamentares da política externa brasileira

O período que vivemos torna ainda mais relevantes e desafiadoras as tarefas relativas às relações internacionais. Por isso, caberá às forças democráticas e progressistas deste país reforçar sua atividade internacionalista como uma forma de enfraquecer qualquer apoio a um governo que tenta se construir na negação dos valores que permitem uma ordem mundial equilibrada e de paz.

Nessa quadra é importante ressaltar que a diplomacia parlamentar se torna um dos instrumentos de grande alcance para reverter o que estamos enfrentando. As Frentes Parlamentares, as Audiências Públicas, os Grupos de Amizade entre países podem reforçar a cooperação internacional.

Somam-se a essa atividade, as articulações que se dão nas instâncias internacionais dos movimentos social e sindical e em campanhas internacionais que tornam nossos desafios democráticos e de paz uma bandeira também de outros povos.

Jô Moraes, membro da Comissão Política do Comitê Central do PCdoB, integrante da Executiva da Comissão de Política e Relações Internacionais



Como nos deixou de legado o camarada Che Guevara é necessário sentir como se fosse contra nós, qualquer injustiça cometida em qualquer canto do mundo. Esse deve ser um princípio norteador de nossa solidariedade internacional, ou seja, buscando atuar em defesa dos povos oprimidos e explorados.

Construir uma ampla frente anti-imperialista, respeitar a soberania dos países e os destinos tomados por seus

povos, sem intervencionismo e hegemonismo.

Essa frente anti-imperialista precisa incorporar todos os democratas, patriotas, amantes da paz, setores organizados da sociedade que travam a luta, sobretudo por justiça social, e pela igualdade.

PPL e PCdoB: São forças que se somam neste grave momento que o Brasil e o mundo atravessam. Temos observado atentamente a tentativa de Donald Trump, de sufocar e oprimir povos, através da intervenção econômica, expressão máxima, e o recrudescimento do criminoso bloqueio imposto ao povo cubano.

Redução dos direitos: uma política orquestrada pelo imperialismo norte americano, tenta dia e noite, em nome de um “falso progresso” restringir direito dos trabalhadores mundo a fora. O trabalho precário tem sido o principal traço dessa política. Concentração da renda nos grandes conglomerados financeiros, jogando milhões de pessoas abaixo da linha da miséria.

Um mundo mais justo e humano é possível sim, com emprego e felicidade, moradia digna, e sobretudo com um amplo sistema educacional, que valorize o ser humano, e possibilite a humanidade se desenvolver e criar oportunidade a todos.

Neste contexto cabe a nós, do PCdoB, atuar nas mais variadas frentes, incentivar as entidades internacionalistas, como a FDIM, a FMJD a FSM e o

CMP, a ampliarem sua intervenção no mundo, trocando as experiências bem-sucedidas, reconhecendo erros, e buscando um caminho mais seguro para o mundo.

O camarada Fidel Castro, entre seu amplo legado nos deixou uma lição: que a Revolução é uma autocrítica permanente, reconhecendo seus erros, e buscando sempre melhorar a condição de vida dos nossos povos, possibilitando a sua felicidade e seu pleno desenvolvimento.

Marcio Cabreira, membro da Comissão Executiva do Comitê Central e membro da Executiva da Comissão de Política e Relações Internacionais

Desafios, prioridades e perspectivas da intervenção dos comunistas no Conselho Mundial da Paz (CMP)

88



O Conselho Mundial da Paz completou 70 anos em abril. Foi fundado por conferências internacionais realizadas entre 1948 e 1950 por resistentes antifascistas, intelectuais,

artistas e trabalhadores após a Segunda Guerra Mundial, na esteira da luta histórica das forças progressistas e do movimento comunista pela paz. É considerado fundador do CMP o apelo resultante do Primeiro Congresso Mundial de Defensores da Paz, realizado simultaneamente em Paris e Praga, em abril de 1949. Naquele congresso participaram delegados vindos de 72 países.

O CMP é uma entidade anti-imperialista movida pela solidariedade entre os povos em luta contra as guerras, o colonialismo, o neocolonialismo e a dominação, em defesa da soberania nacional, da autodeterminação e da paz, com base nos princípios plasmados na Carta das Nações Unidas. Chegou a ter como membro entidades nacionais de cerca de 140 países.

O primeiro presidente da entidade, o premiado cientista Frédéric Joliot-Curie, disse: “A Paz é daqui em diante uma questão de todos os povos. Nenhum homem sozinho, nenhum país isolado, mas só todos, juntos, podem defender a paz e deter a guerra.” Essa é a chave de um movimento que deve buscar a amplitude e a unidade das forças da paz, através de uma viva diplomacia popular. Desde o início participaram do empenho Pablo Picasso, cuja arte, a pomba da paz, é o símbolo do CMP até hoje, Bertolt Brecht, Jorge Amado,

Aldous Huxley, Irène Joliot-Curie, entre tantos outros e outras. Em 1951, Joliot-Curie recebeu o Prêmio Stálin da Paz, assim como outros defensores da paz, como [a comunista e feminista brasileira Elisa Branco](#), vice-presidenta do Conselho Brasileiro de Defensores da Paz entre 1949 e 1960.

O primeiro documento do CMP é o [Apelo de Estocolmo de 1950](#), assinado por milhões de pessoas em todo o mundo, contra as armas nucleares e outras armas de destruição em massa. No Brasil, mais de quatro milhões assinaram o texto, promovido por defensores da paz como a própria Elisa Branco, [Luiz Carlos Prestes](#), entre outros.

A entidade tem também organizações amigas não membros, como a Associação Popular Chinesa para a Paz e o Desarmamento e a Federação Internacional para a Paz e a Conciliação, da Federação Russa, entre outras. A nível mundial, entidades irmãs, com as quais o CMP costuma coordenar ações, são a Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD), a Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM) e a Federação Sindical Mundial (FSM).

O CMP tem estatuto consultivo ou coopera com a UNESCO, o que possibilita a nossa participação em órgãos como o Conselho de Direitos Humanos; a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial, a OIT e outras agências, comitês, departamentos, etc. Também é observador no Movimento dos Não-Alinhados, a União Africana, a Liga de Estados Árabes e outras organizações intergovernamentais.

A presidência do CMP é exercida, do Brasil, pela camarada Socorro Gomes, com algumas vice-presidências. A Secretaria é exercida pelo Comitê Grego pela Distensão Internacional e a Paz —o secretário-geral é o parlamentar grego Thanassis Pafilis e o secretário-executivo, Iraklis Tsavdaridis.

O CMP é organizado em regiões. A coordenação da África é exercida pelo coordenador da entidade nacional da África do Sul; a da América, pelo presidente da entidade de Cuba; a do Oriente Médio, pelo coordenador da entidade da Palestina; a da Ásia, pelo presidente da entidade do Nepal; e a da Europa, pela presidenta da entidade de Portugal.

O Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz (CEBRAPAZ) é membro do Comitê Executivo e do Secretariado do Conselho Mundial da Paz.

Princípios e objetivos do CMP:

Contra as guerras imperialistas e a ocupação de países soberanos e nações;



Pela proibição de todas as armas de destruição em massa e o fim da corrida armamentista, a abolição das bases militares estrangeiras, pelo desarmamento total e universal sob controle internacional efetivo;

Pela eliminação de todas as formas de colonialismo, neocolonialismo, racismo, sexismo e outras formas de discriminação;

Respeito pelo direito dos povos à soberania e à independência, essencial ao estabelecimento da paz;

Respeito pela integridade territorial dos estados;

Não-interferência nos assuntos internos das nações;

Estabelecimento de relações culturais e de comércio mutuamente benéficas com base na amizade e respeito mútuo;

Coexistência pacífica entre estados com diferentes sistemas políticos;

Negociações ao invés do uso da força na solução de controvérsias entre nações.

A última Assembleia do CMP aconteceu em 2016, com o Cebrapaz como anfitrião; foi amplamente considerada exitosa pelos demais membros do CMP. Cerca de 50 delegados de 33 países participaram. A acolhida ficou a cargo do Governo do Maranhão, de Flávio Dino; São Luís foi conhecida por aqueles dias como a capital mundial da paz.

Atualmente, integram oficialmente o CMP entidades de cerca de 100 países, com maior ou menor participação e atuação. O fim da União Soviética teve grande impacto no movimento, que ainda busca se recuperar. Uma grande defasagem de representação do continente africano tem sido constante preocupação e a centralização do funcionamento do CMP pela secretaria, também —na prática dão-se muitas articulações bilaterais em detrimento do debate coletivo, por exemplo. Algumas divergências de análise verificam-se na

discussão do papel da Rússia, da China, do Irã e por vezes também do Brasil. A transferência das discussões que temos no EIPCO para o CMP pelos mesmos camaradas mostra confusão entre os movimentos.

Atividades e campanhas prioritárias

Os principais órgãos do CMP reúnem-se com frequência e temos participado ativamente através do Cebrapaz. Entretanto, o Secretariado eleito em 2016 em São Luís só se reuniu em março de 2019, em Belgrado, no âmbito dos eventos de 20 anos da agressão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) contra a ex-Iugoslávia. Antes disso, realizamos a [reunião do Comitê Executivo em Damasco](#), em outubro de 2018, no quadro da Missão Internacional de Solidariedade ao Povo da Síria, que fizemos em conjunto com a FMJD. Também em 2018 reunimo-nos na [República Dominicana para a reunião regional](#) da América. As declarações políticas desses encontros estão na página do Cebrapaz.

Missões de solidariedade

[Na Missão à Síria, de 2018](#), o CMP e a FMJD visitaram partidos, sindicatos e outras entidades populares e se reuniram com o presidente Bashar Al-Assad, constatando a posição resoluta dos sírios na defesa da sua soberania e na resistência às consequências dos quase oito anos de guerra, da disseminação do terrorismo graças à ingerência e desestabilização das operações imperialistas. Delegados de 55 entidades de 37 países participaram.

[Em abril de 2019 o CMP visitou a Venezuela](#), também em coordenação com a FMJD, reunindo-se com partidos e entidades populares, acompanhando a entrega de bens essenciais à população pelo governo e realizando encontro com o presidente Nicolás Maduro, confirmando o compromisso do povo e das autoridades com a defesa da soberania nacional.

Outras missões de solidariedade estão programadas como prioritárias, mas ainda sem data marcada, ao Saara Ocidental e à Palestina.

Campanhas

- Campanha pela abolição das armas nucleares
- Campanha pela dissolução da OTAN
- Campanha pela eliminação das bases militares estrangeiras
- Campanha pelo fim do bloqueio a Cuba

- Apoio às lutas por emancipação e libertação nacional (Palestina, Saara Ocidental —ambas com componente importante de apelo, desses povos, ao boicote, principalmente por conta da exploração dos seus recursos pelas potências ocupantes e coloniais, esforços que devemos debater; o Porto Rico etc.)
- Apoio às lutas dos povos contra as agressões imperialistas (Síria, Iêmen, Iraque, Afeganistão etc.) e contra a ingerência ofensiva ou desestabilizadora, como na Venezuela.

Ações

- Na campanha contra as armas nucleares, mobilização em diversos países, pelas entidades nacionais, em coordenação internacional;



- [Na campanha contra a OTAN](#), conferências e manifestações que promovemos ou a que nos somamos por ocasião das cúpulas do bloco, inclusive este ano, quando a OTAN completou 70 anos com uma reunião ministerial em Washington. Temos reforçado, como CEBRAPAZ, que a luta contra a OTAN nos concerne diretamente, embora esta seja uma aliança norte-atlântica. As repercussões da ação desse bloco beligerante estão bem claras na América Latina, não só com a elevação do estatuto da Colômbia como parceira extra regional ou a intenção anunciada por Donald Trump de “conceder” o mesmo grau ao Brasil após a eleição de Bolsonaro.

- O CMP, em parceria com as entidades cubanas, promove os Seminários Internacionais pela Paz e a Abolição das Bases Militares Estrangeiras, que entra na sexta edição, em que participam a companheira Socorro Gomes e o companheiro Antônio Barreto, presidente do Cebrapaz.
- O CMP e o Cebrapaz também aderiram à campanha lançada no ano passado desde os Estados Unidos por entidades diversas, que se juntaram numa coalizão contra bases estadunidenses e da OTAN. A coalizão estadunidense é um esforço ampliado que resultou na primeira conferência da campanha global, realizada em Dublin em 2018; o Cebrapaz participou tanto da comissão organizadora quanto abordou, no evento, a militarização da América Latina e a presença da OTAN na região. A mesma abordagem tivemos na participação de

um dos painéis da conferência pela paz na Sérvia, nos 20 anos da agressão da OTAN.

Estas são algumas das principais frentes em que atua o CMP. No movimento, os desafios têm sido reafirmados em análise contínua e apelo reiterado pela unidade e ampliação da luta contra o imperialismo, a militarização do planeta, as ameaças a diversos povos e a corrida a uma guerra generalizada de consequências imprevisíveis. O espólio dos recursos dos povos ou o controle das rotas estratégicas para alimentar o dito mercado internacional sob a hegemonia das potências, especialmente dos EUA, têm mantido e reproduzido a desestabilização de regiões inteiras e imposto um cerco às nações que não se dobram, colocando os povos numa perigosa encruzilhada.

O movimento da paz deve ser amplo e buscar a unidade com outras forças democráticas se almeja derrotar o imperialismo. Uma certa confusão do movimento da paz com o movimento comunista ainda vigora, mas a busca pela amplitude nessa frente é corrente e deve ser reforçada, como condição de fortalecimento do movimento da paz, assim como pelo reforço das nossas ações. No Cebrapaz, temos buscado contribuir para esse esforço, mas mesmo esse empenho precisamos aprofundar. Temos divulgado sempre que possível toda a ação do CMP e de entidades amigas para que os membros do Cebrapaz possam acompanhar, participar, debater e colocar em prática as ações e campanhas coordenadas. Esta frente precisa se ampliar para se fortalecer.

Moara Crivelente é membro da Comissão de Política e Relações Internacionais do PCdoB e assessora a presidenta do Conselho Mundial da Paz, camarada Socorro Gomes, que nos dias da realização do Encontro Nacional Sobre Questões Internacionais 2019 estava em missão em Cuba.



Estimados camaradas, vou falar um pouco sobre o Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta Pela Paz (Cebrapaz).

O Cebrapaz reúne ativistas que lutam pela paz mundial e prestam solidariedade aos povos oprimidos e que, portanto, integram o campo anti-imperialista. O Cebrapaz faz parte e é fruto do tradicional movimento pela

paz, que ganhou grande impulso no Brasil a partir do início da década de 1950, quando da fundação, em Paris, do Conselho Mundial da Paz (CMP) e da divulgação do “Apelo de Estocolmo”, lançado pelo recém-fundado CMP em 18 de março de 1950, como já mencionou a camarada Moara.

O “Apelo de Estocolmo”, ideia do primeiro presidente do CMP, o prêmio Nobel de Física, Frederic Joliot-Curie, exigia a proibição da bomba atômica. O texto do apelo era curto e direto: *“Exigimos a interdição absoluta da arma atômica, arma de terror e de extermínio em massa de populações. Exigimos o estabelecimento de um vigoroso controle internacional para a aplicação dessa medida de interdição. Consideramos que o governo que primeiro utilizar a arma atômica, não importa contra que país, cometerá um crime contra a humanidade e será tratado como criminoso de guerra. Pedimos a todos os homens de boa vontade no mundo inteiro que assinem este apelo”*.

A Moara também já mencionou, em seu importante informe, que no Brasil foram mais de 4 milhões de assinaturas com vários militantes sendo presos apenas por distribuir o “Apelo”.

Neste momento em que no Brasil a nuvem do fascismo ameaça se impor no horizonte, nublando as esperanças do povo, vale a pena conhecer a história de luta dos brasileiros pela paz mundial, que pode nos trazer lições valiosas e, mais

do que isso, a convicção de que o imperialismo e seus representantes nativos não são invencíveis.

70 anos do Congresso Continental pela Paz

Nesse sentido, vale a pena recordar um editorial escrito por João Amazonas, em agosto de 1949, para a Revista mensal “*Problemas*”, órgão teórico do Partido Comunista do Brasil.

O texto, intitulado “*Nossa Política*”, faz uma descrição do árduo trabalho dos ativistas pela paz na preparação do Congresso Continental pela Paz na Cidade do México, que aconteceu de 5 a 10 de setembro daquele ano, como parte do processo de construção do Congresso de Paris, onde seria fundado o Conselho Mundial da Paz.

Informava Amazonas: “*Milhares de operários e camponeses, de estudantes e intelectuais, de mulheres e jovens vieram à rua debater os problemas da paz, votar resoluções e estruturar organismos de luta pela paz, angariar assinaturas contra a guerra e eleger delegados para os congressos regionais de Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre*”.

A mobilização para o Congresso Continental, com a realização de suas conferências regionais e a divulgação de suas propostas contra as armas nucleares desencadeou brutal repressão do Governo Dutra, umbilicalmente ligado ao imperialismo estadunidense.

Foram assassinados “*o operário Vicente Malvoni, o jornalista Jaime Calado e o trabalhador do campo José França. Correu sangue de jovens e mulheres em Minas Gerais, São Paulo e noutros pontos do país. Centenas de pessoas foram espancadas e torturadas*”.

Apesar da feroz perseguição policial e da intensa atividade desenvolvida pelo Departamento de Estado dos EUA no sentido de impedir a reunião, a realização do Congresso Continental pela Paz foi coroada de êxito, reunindo nomes importantes, como Candido Portinari, Charles Chaplin, Thomas Mann, Pablo Neruda, Pedro Pomar, entre outros.

Transcorridas quase 7 décadas deste histórico texto escrito por Amazonas, é motivo de admiração constatar que suas principais advertências guardam plena validade.

“para fazer a guerra os imperialistas tentam mudar os sinais dos caminhos, isto é, deformam a seu modo a realidade dos acontecimentos, para enganar as massas, intoxicá-las com o veneno chauvinista, com o ódio racial, etc.”

Para o veterano dirigente comunista, a luta pela paz é pedagógica, e ensina às massas o valor das conquistas democráticas:



A bandeira da paz em templos nublados

“A batalha da paz, tão ardorosamente travada de norte a sul do Brasil, desde logo indicou às massas que a luta pela paz é inseparável da luta pela democracia, já que a preparação de guerra impõe a liquidação completa das mais elementares liberdades democráticas”.

“Cada nova restrição que se faz aos direitos do cidadão, sob qualquer pretexto, é, hoje, mais uma ameaça de guerra (...) É imprescindível alicerçar a campanha (pela paz) nas grandes massas trabalhadoras das cidades e do campo ligando-a à luta pelas suas reivindicações mais sentidas.”

Como vocês podem notar, a bandeira da paz faz parte da nossa tradição revolucionária. A solidariedade a Coreia, ao Vietnã, a Cuba e a Palestina formou gerações de militantes.

No Brasil, a entidade que representava o CMP era o Condepaz (Conselho Brasileiro de Defesa da Paz) dirigido pelo PCB e que encerrou suas atividades nos anos 90.

Ocorreu então um hiato, não na luta pela paz, mas em sua expressão orgânica, que durou até a invasão do Iraque pelos Estados Unidos e a Grã-Bretanha em 2003. A agressão, feita sob falsos pretextos e violando o direito internacional, afrontou a consciência democrática dos povos e fez surgir, por todo o mundo, uma grande onda de protestos em defesa da paz e contra o imperialismo. É neste contexto que é fundado, em 10 de dezembro de 2004, o Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz (Cebrapaz).

O Cebrapaz é uma entidade da sociedade civil, plural, democrática, patriótica, solidária e humanista, que defende a paz mundial, com justiça, progresso social, distribuição de renda e de riqueza, democracia, soberania nacional e desenvolvimento.

Nestes quase 15 anos de atuação o Cebrapaz participou, promoveu, impulsionou e organizou diversas ações, seminários, campanhas e missões de

solidariedade a vários países para contribuir no fortalecimento da luta pela paz e pela soberania dos povos. Em 2008 a então presidenta do Cebrapaz, companheira Socorro Gomes, foi eleita presidenta do Conselho Mundial da Paz, que hoje tem sede em Atenas, na Grécia.

Em novembro de 2016, no Maranhão, o Cebrapaz realizou sua 4ª Assembleia Nacional, e renovou sua direção, assumindo a presidência da entidade o camarada Antônio Barreto, o Barretinho, militante com larga trajetória e experiência na militância de solidariedade aos povos em luta. O Cebrapaz também foi o anfitrião, neste mesmo local, da Assembleia Mundial da Paz, que reelegeu Socorro Gomes para a presidência do CMP.

Atualmente temos núcleos do Cebrapaz atuantes em 15 estados: Amapá, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe. Os níveis de organização e constância da atuação são diversos, mas, em geral, insuficientes.

A atuação do Cebrapaz se dá, principalmente nos últimos anos, em um quadro de grande carência de recursos materiais e humanos, o que também se reflete nos estados, onde ainda se tem muito a fazer para fortalecer a estruturação dos núcleos.

A importância e capacidade de ampliação que a bandeira da paz comporta de maneira nenhuma encontra correspondência na estrutura e organização da entidade. A direção nacional do Cebrapaz não conta com recursos para atuar na construção e fortalecimento dos núcleos, cujo acompanhamento, por parte da direção nacional, é praticamente nulo. Mesmo os mais básicos compromissos internacionais que exigem a presença da entidade só com muito sacrifício conseguem ser viabilizados.

Dentro destes limites, podemos considerar que o Cebrapaz tem uma atuação intensa. A Venezuela é atualmente a prioridade na ação solidária do Cebrapaz. Fomos uma das entidades fundadoras do Comitê Brasileiro pela paz na Venezuela, fundado no dia 31 de julho de 2017 por dezenas de organizações nacionais. Os núcleos do Cebrapaz pelo Brasil estimularam a criação de comitês correlatos pelos estados. Também participamos da FBP, além de termos atuação constante em defesa de Cuba, da Palestina, da paz na Península Coreana, contra o colonialismo (Malvinas, Porto Rico, Saara Ocidental) etc.

Faço um apelo e um chamamento a uma discussão coletiva em defesa do fortalecimento do Cebrapaz e de sua atuação, o que implica em formar ativistas que tenham como prioridade a atuação internacionalista e solidária e dotar o Cebrapaz de uma estrutura material mínima que permita a concretização plena do seu grande potencial.

A batalha contra a extrema-direita e sua influência não cessará tão cedo e será preciso então recordar as lições dos lutadores consequentes pela paz que nos antecederam: o foco são os trabalhadores, nossas bandeiras “suas reivindicações mais sentidas”, tendo a capacidade de ligá-las às bandeiras gerais da paz, da democracia e da soberania nacional.

Encerro citando de novo João Amazonas, no texto já mencionado anteriormente:

“É preciso mobilizar para a batalha da paz, sempre mais árdua, os milhões de pessoas que ainda hoje não estão esclarecidas sobre o perigo de guerra que os ameaça”.

Wevergton Brito Lima, membro da Executiva da Comissão de Política e Relações Internacionais, secretário-geral do Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz (Cebrapaz)